



Anais da Assembléia

63

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO de 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 51.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 1987.
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Lindolfo Júnior.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Barbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nestor Baptista (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/48/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n. 32/87, o qual convertido em Lei tomou o número 8.485. Anote-se - Arquive-se.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através deste, estamos encaminhando a Vossa Excelência, a relação dos membros da Bancada do PMDB, para comporem a C.P.I., referente à Merenda Escolar, substituindo o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira pelo Deputado José Felinto, e incluindo o Deputado Tadeu Lúcio Machado. Ficando assim composta a referida Comissão de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa:

1. Deputado Tadeu Lúcio Machado
2. Deputado José Felinto
3. Deputado Edmar Luiz Costa
4. Deputado Nilton Barbosa
5. Deputada Amélia Hruschka.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na condição de Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, solicita de Vossa Excelência as providências cabíveis para que conste nos assentamentos da Comissão de Inquérito destinada a apurar as irregularidades que levaram à deterioração de 160 toneladas de alimentos destinados à merenda escolar, requerida pelo Deputado Algaci Túlio, o desligamento do mesmo, em protesto pela não observação da tradição desta Casa pela condução dos autores de CPI às suas presidências.

Outrossim, indicamos para substituir o mesmo, pela Bancada do PDT, o Deputado Rafael Greca.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT.

DE: Deputado ALGACI TÚLIO

PARA: Deputado ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT.

ASSUNTO: Renúncia à sua indicação para integrar a Comissão de Inquérito sobre as irregularidades da Merenda Escolar.

Pelo presente, o Deputado que este subscreve, comunica a Vossa Excelência que em razão de posição tomada pelos integran-

tes do PMDB, na Comissão de Inquérito destinada a apurar as irregularidades que levaram à deterioração de 160 toneladas de alimentos destinados à merenda escolar, em não permitir que prevalecesse a tradição desta Casa, no sentido de que as CPIs se façam presidir pelos autores da proposta e ainda, por terem sequer permitido a participação deste Deputado na condição de Relator da mesma, sob a alegação de unidade partidária, RENUNCIA à sua indicação para participar da Comissão citada, feita por essa Liderança do PDT.

Na certeza de que a constituição da CPI em questão, em muito contribuirá para engrandecer e prestigiar esta Casa de Leis e que Vossa Excelência saberá bem substituir sua participação, formalmente apresenta seu pedido de renúncia, agradecendo pela indicação de seu nome.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

() ALGACI TÚLIO

Deputado

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 41/87, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Servidores Municipais de Icaraíma", com sede e foro no Município de Icaraíma-Pr.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 22/87, alterando o item II, do Artigo 20, da Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

Sala das Sessões, 09.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja cancelado o Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 53/87.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o

Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 071/87, que denomina ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, a Rodovia que liga Umuarama a Ivaté, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 070/87, que denomina HÊNIO ROMAGNOLLI, a Rodovia que liga Umuarama a Mariluz, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO GREGÓRIO BASEM, ocorrido no último dia 08 nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 69 anos de idade, faleceu no último dia 08 nesta Capital, o Senhor João Gregório Basem.

O passamento do Senhor João Gregório Basem veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como em todo o grande círculo de amigos.

Deixou viúva Dona Maria e os filhos Bogdário, Miroslau, Miguel, Oreste, Igor e Gregório.

Senhor João Gregório, a morte privou seus familiares do convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos e deixa nos corações dos amigos sua eterna presença.

A Assembléia Legislativa, tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Basem, endereçando-lhe a voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à Douta Mesa, ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido nos Anais desta histórica sessão, votos de pesar pelo intempestivo falecimento do Senhor JOSÉ TERTO DA SILVA, Delegado em

exercício do Município de São João do Ivaí ocorrido no cumprimento de seu dever, aos dois dias do mês de junho do corrente.

Uma vez aprovado, que se dê ciência à Senhora Alzira Terto da Silva, extensivo a todos os familiares.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

É com o coração pesaroso que vimos a este insigne Plenário propormos que seja consignado nos Anais desta histórica sessão, os nossos votos pesarosos, pelo falecimento prematuro do companheiro José Terto da Silva, vítima de violência ocorrida no último dia dois do corrente em São João do Ivaí.

Não é fácil convivermos com estas situações que o dia-a-dia nos apresenta. São atitudes inexplicáveis, circunstâncias desagradáveis, invernos soturnos e escuros, são folhas que se vão...

De nada adianta um cortejo suntuoso e repleto de honrarias, se nada trará de volta o querido companheiro José Terto da Silva, que era primeiro suplente de Delegado de São João do Ivaí e por motivo de subitânea substituição do Delegado titular, estava respondendo como Delegado em exercício.

Em pleno cumprimento de seus deveres, dentro de suas qualidades de homem honrado, sincero, leal, responsável e íntegro, estimado e respeitado por toda comunidade sãojoãoense, foi vítima da violência, este gigante que ameaça e fere a tranquilidade de nossa sociedade. Não adianta agora acusarmos o culpado, pois já foram tomadas as devidas providências para que ele pague pela sua atitude insciente, subjetiva, irresponsável e irracional.

Resta-nos agora, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, inconformados com esta atitude tresloucada, pedirmos a Deus que console a Dona Alzira, os seus filhos e todos os familiares, neste momento tão triste, quando as palavras não resolvem.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ANITA ASAKO TANAKA, de 61 anos, ocorrido recentemente em Umuarama.

Pessoa respeitada e admirada por todos que a conheciam, deixou uma grande lacuna entre os amigos e familiares.

A extinta era casada com o Senhor OS-SAMO TANAKA, um dos pioneiros de Umuarama e comerciante nas lides de venda de combustível.

Outrossim, solicito que da decisão do

Plenário seja dado ciência à família enlutada, Avenida Paraná n. 5481 - Umuarama - PR.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor MIGUEL BAILAK, líder e empresário na Cidade de APUCARANA-PR.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

MIGUEL BAILAK, Líder da Comunidade Ucraniana e empresário no Norte do Paraná, ex-Presidente da União Agrícola Instrutiva, participou com muita dedicação para Organização da etnia Ucraniana do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento de jornalista Senhor HÉLIO VALDIR BOAMORTE, ocorrido em data de 08 de junho em curso, nesta Capital.

Pertencente à tradicional família de Guarapuava, deixando aos 57 anos sua esposa MARIA MERCE BOAMORTE, quatro filhos, e uma grande lacuna naquela localidade, onde residia, sempre teve a estima dos que os tinham como amigo.

O infausto acontecimento veio abalar de forma profunda a sociedade guarapuavana, onde gozava do mais alto conceito e admiração dos que com ele conviveram.

Outrossim, solicita que a decisão do Plenário seja dado ciência à família enlutada, sita à Rua Capitão Virmond, 2401 em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Doutor LUCIANO PIZZATO, ganhador do prêmio NACIONAL DE ECOLOGIA de 1987.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Doutor LUCIANO PIZZATO, no seguinte endereço: Av. Conselheiro Laurindo, n. 38 Cep. 80.060 - CURITIBA - PR.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O PRÊMIO NACIONAL DE ECOLOGIA, pela

primeira vez concedido no Brasil, pelo Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, Companhia Vale do Rio Doce e Fundação Roberto Marinho, tem como objetivo premiar os melhores trabalhos realizados no País, tendo em vista as ações desenvolvidas com o propósito de preservação do meio ambiente.

O trabalho apresentado pelo Doutor LUCIANO PIZZATO, com o título de "MANEJO AMBIENTAL", é um estudo que define formas e técnicas de administração florestal, e foi elaborado a partir de pesquisas desenvolvidas pelo autor nos últimos dez anos.

Além dos méritos pessoais do Dr. LUCIANO PIZZATO, este Poder Legislativo sente-se também honrado com tal premiação, mormente por ser o autor, ora em apreço, suplente de Deputado Estadual pelo Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações a Sua Excelência o Senhor Governador ÁLVARO DIAS e ao Doutor DOUGLAS HAQUIM, Diretor do Instituto de Identificação do Paraná pelo desenvolvimento do arrojado Projeto Cidadania.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Governador do Estado do Paraná e ao Doutor DOUGLAS HAQUIM.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Cidadania do Governo do Estado do Paraná pretende expedir um milhão de carteiras de identidades até 31 de dezembro de 1988. Tal serviço será inteiramente gratuito e visa atender à população de baixa renda.

Quando exercíamos o mandato de Deputado Federal tivemos a oportunidade de apresentar na Câmara dos Deputados Projeto de Lei prevendo a distribuição de documentação de identificação gratuitamente. Sabemos, portanto, a importância e o significado da anunciada meta do Governo Álvaro Dias.

Neste sentido, julgamos oportuno a consignação de voto de congratulações a Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, e ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Instituto de Identificação, Doutor Douglas Haquim, pelo desenvolvimento do Projeto que temos certeza está encontrando receptividade justamente por beneficiar grande camada da população carente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no

uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações a Sua Excelência, o Senhor Governador ÁLVARO DIAS e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça, Doutor ACIR BREDI pela forma inovadora e eficiente que estão adotando na política penitenciária em nosso Estado.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Governador e ao Secretário da Justiça.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná será o primeiro Estado da União a adotar um novo Estatuto Penitenciário, adequado ao novo Código de Execuções Penais já em vigor há aproximadamente um ano.

Trata-se de mais um aspecto positivo da política carcerária que vem sendo implementada pela Secretaria de Estado da Justiça. A valorização do setenciado pelo trabalho, permitindo a sua recuperação e reintegração à sociedade é um dos elementos dentro dessa política. Além disso, têm sido reforçados os contatos familiares e o incentivo à terapia ocupacional.

Outro fator importante é a valorização do servidor do Estado que trabalha nas penitenciárias.

Por tais motivos, julgamos oportuna a apresentação desta proposição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta sessão, voto de congratulações aos integrantes da Cooperativa Agrária Entre Rios, pela acertada escolha de seus dirigentes para esta gestão, entre eles o senhor Mathias Leh - reeleito à Presidência, o qual já vem dirigindo sabiamente essa Cooperativa - centro econômico da região - há mais de 20 anos; o Senhor Joahann Kleinselter - Diretor Financeiro; e o Senhor Raimund Gartner - Diretor Secretário.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência, aos associados da referida Cooperativa através do seu Presidente, Senhor Mathias Leh.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento se prende ao alto valor econômico que representa essa cooperativa na localidade. Como exemplo de relevância de trabalhos que vêm sendo realizados pelo grande líder Mathias Leh naquela associação, cita-se a criação da empresa Agromalte S.A., hoje a maior maltaria

da América Latina que teve seu planejamento baseado na preocupação de defender os associados produtores de cevada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração em Ata desta Sessão, voto de congratulações à Refinaria Getúlio Vargas pelos dez anos de atividades.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Superintendente, Ilton Foltran.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR - foi determinada pela necessidade de atender à crescente demanda de derivados básicos de petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina. É uma das mais modernas e eficientes refinarias do País, e teve sua produção iniciada efetivamente em janeiro de 1977 e foi inaugurada oficialmente em 27 de maio daquele ano.

Cerca de 60% dos derivados produzidos na REPAR são comercializados no mercado regional - Paraná e Santa Catarina. Este mercado é atendido junto à refinaria por um sistema interligado, operado pelas companhias distribuidoras. Uma estação de carregamento rodoviário de carregamento dentro da área da REPAR, possibilita o abastecimento regional de asfaltos e enxofre e a exportação de derivados para o Paraguai.

A REPAR está instalada em um terreno de 10 quilômetros quadrados, com dois quilômetros quadrados de área construída e seis de áreas verdes naturais e reflorestadas. A refinaria tem uma capacidade de processamento de 24 mil metros cúbicos/dia de petróleo bruto (150 mil barris), o que a coloca em quinto lugar em capacidade de refino entre as dez refinarias da PETROBRÁS. Esta produção equivale a aproximadamente 15% da demanda do País.

Além disso, trabalham na refinaria - setor de operações - aproximadamente 1.000 pessoas, 40% delas em regime e turno. As instalações compreendem parques de tanques, unidades de processamento, sistemas auxiliares e instalações de apoio à produção.

O Superintendente da Refinaria Getúlio Vargas, da PETROBRÁS, Ilton Foltran, anunciou a instalação de unidades de hidrotratamento para aumentar a qualidade e a quantidade do óleo diesel produzido. Serão aplicados cerca de 100 milhões de dólares durante quatro anos e a PETROBRÁS já estu-

da a possibilidade de instalar uma segunda unidade de hidrotratamento, que elevaria o investimento para 180 milhões.

Com a unidade de hidrotratamento a refinaria deve produzir mais 5.000 metros cúbicos de petróleo tratados por dia e o objetivo da ampliação é possibilitar o atendimento do mercado de óleo diesel da região até 1995.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações do Culto de Ação de Graças em homenagem aos políticos eleitos no último pleito eleitoral.

O objetivo do Culto foi amplamente alcançado, visto que na oração proferida pelo Pastor Presidente, José Pimentel de Carvalho, foi ressaltada a necessidade dos políticos, independentemente da filosofia partidária, observarem os princípios da solidariedade humana em suas ações que devem visar o interesse da coletividade, em detrimento das situações individuais ou de grupos que usam de suas influências para evitar o avanço social.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à Igreja Evangélica homenageada, na pessoa de seu Pastor Presidente, José Pimentel de Carvalho, sita à Avenida Cândido de Abreu n. 367, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa de um voto de congratulações ao jornalista Oswaldo R. do Nascimento, pela publicação de estudos para edição de um plano econômico visando a estabilização e desenvolvimento da economia brasileira.

O homenageado é estudioso dos problemas da macro-economia, e todo o seu conhecimento e visão podem ser aproveitados como uma valiosa contribuição para o estabelecimento de uma política econômica que vise um desenvolvimento destinado à melhoria das condições de vida dos brasileiros.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao jornalista Oswaldo R. do Nascimento, em correspondência a ser remetida para o Jornal Tribuna de São José de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantida das pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do 39.º aniversário de emancipação política do Município de Ribeirão do Pinhal, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes felicidades e que dentro dos princípios de direito prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, também, que do presente, se dê conhecimento o ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) VALDERI VILELA

Apoio: Tadeu Lúcio Machado e Hermas Brandão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta sessão voto de congratulações aos participantes do VI Encontro Paranaense de Supermercados que está se realizando nesta Capital, considerando o relevante trabalho que vêm desenvolvendo no setor de abastecimento.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência à referida classe, através do seu presidente, Roberto Demeterco.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Na sociedade moderna, os supermercados desempenham um papel importante no abastecimento de gêneros de primeira necessidade. Nos últimos anos, entretanto, este setor como tantos outros igualmente produtivos, tem sofrido a ingerência inconsequente do Governo Federal sempre com resultados negativos. Exemplo disso, foi o congelamento de preços imposto pelo Plano Cruzado que levou o comércio a um nível de desabastecimento crítico.

Seria de bom senso se as autoridades deixassem os empresários atuarem livremente dentro das leis constitucionais e da economia de mercado, já que eles têm mostrado suficiente competência além de trabalharem com seu próprio capital, sem subsídios do governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no

uso das suas prerrogativas regimentais REQUER que, ouvido o Plenário, sejam transmitidos votos de congratulações ao Dr. José Eduardo de Andrade Vieira, Presidente do Conglomerado BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A, pelas medidas de favorecimento às microempresas em débito com o Banco Bamerindus do Brasil S/A, Banco Bamerindus de Investimento S/A e Bamerindus S/A Crédito, Financiamento e Investimento.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Em um momento significativamente sensível da economia nacional, o exemplo que o homenageado Presidente do Conglomerado BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A oferece através do parcelamento de débitos com encargos limitados em 50% da variação da LBC e sem juros, às microempresas em débito com o Conglomerado, ao par de representar uma estratégia econômica, é um exemplo recomendável, nesta hora, a todos os segmentos do setor capitalista nacional.

Somente por atitudes desta magnitude é que poderemos prosseguir na segura expectativa de que a Nação ainda tem chances de debelar a contundente crise que atravessa, e recompor-se no caminho do desenvolvimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das suas prerrogativas regimentais REQUER, que, ouvido o Plenário, sejam transmitidos votos de congratulações, ao Engenheiro Florestal LUCIANO PIZZATTO, pela conquista do "Prêmio Nacional de Ecologia", com a apresentação do trabalho "Manejo Ambiental".

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Cândido Bastos.

JUSTIFICATIVA:

Membro do Conselho Superior do Coind, Presidente do Instituto Florestal do Paraná e suplente de Deputado Estadual, pelo PMDB, nosso homenageado tem apenas 30 anos de idade.

"Manejo Ambiental", trabalho vencedor do "Prêmio Nacional de Ecologia", propondo normas e técnicas de administração florestal, concorreu com outros 200 trabalhos de todo o país.

O êxito de Luciano Pizzatto é o coroa-mento da sua dedicação permanente à questão ambiental, que o Paraná sempre teve a seu serviço com despreendimento e elevado espírito público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido nos Anais deste Poder Legislativo, "Votos de Regozijo e Congratulações", pela passagem dos 70 anos de fundação da Associação Internacional de Lions Clubes", comemorado a 07 de junho em curso.

Sala das Sessões, em 09.06.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Há 70 anos, nos Estados Unidos, um bem sucedido grupo de empresários, liderados por Melvin Jones, fundou um pequeno clube de serviço, denominado Lions, cujo objetivo era proporcionar serviços.

A ação permanente do serviço desinteressado dispensado por estes homens chegou a tal ponto que outras pessoas, também preocupadas com o bem estar comum da população, em outros países, manifestaram interesse em filiar-se no movimento, agora em âmbito internacional.

E assim foi crescendo o movimento, hoje espalhado por mais de 150 países, o que forma um exército de mais de 4 milhões de pessoas, entre homens, mulheres e jovens, todos empenhados em dispensar o melhor de si em prol do próximo.

Diversos são os serviços prestados pela Associação Internacional de Lions Clubes, que agrega em suas fileiras mais de 35 mil clubes. Entre eles destacam-se a assistência ao ancião, ao jovem e à criança. No setor de saúde, diversas campanhas são realizadas, tais como: prevenção contra o câncer, esclarecimentos sobre diabetes, conservação da vista, atividades de audição e logopedia, trabalho com surdos e tantas outras.

Sob a coordenação do movimento estão ligados diversos hospitais, faculdades, escolas, asilos, creches e centenas de fundações.

O Leonismo procura desenvolver um espírito de compreensão entre os povos do mundo, conhecendo os problemas internacionais, incentivando os princípios do bom governo e da boa cidadania, objetivando promover a discussão de todos os assuntos de interesse público, porém abstendo-se o partidário político e o sectarismo religioso.

O Leão, compreendendo que é seu dever ajudar seu semelhante, servir sua comunidade, não procura obter benefício pessoal financeiro; estimula, isto sim, os valores éticos no comércio, na indústria, nas profissões, nos serviços públicos e empreendimentos particulares.

O Leonismo veio para o Brasil através do uruguaio Nivaldo Navarro, que convidou Armando Fajardo a fundar aqui o movimento implantado por Melvin Jones, o que aconteceu a 16 de abril de 1952, nos salões do Jockey Clube do Rio de Janeiro e hoje ocu-

pa o 5.º lugar em número de sócios, com mais de 50 mil membros.

No Paraná, o primeiro Clube Lions foi fundado a 23 de abril de 1953, por Victor Ferreira do Amaral Filho, com incentivo e o apoio de Armando Fajardo. Contou inicialmente, com 43 sócios e sua primeira sede situou-se no Edifício Ana Cristina, em Curitiba.

Com o objetivo de perpetuar a data de fundação do mais antigo Clube do Estado do Paraná, Lions Clube de Curitiba-Centro, este Deputado apresentou Projeto de Lei, sob n. 109/84, o qual, convertido na Lei n. 7.950, instituiu a data de 23 de abril como o "Dia do Leonismo Paranaense".

No Brasil, o Lions está dividido em Distritos, sendo que no Paraná existem o L-6 e o L.21. O Distrito L-6 é o quarto mais antigo do Brasil, e, teve dezenas de Governadores.

Assim, diariamente em alguma parte do mundo, um sócio do movimento tem tarefa relacionada com serviços de proteção ao meio ambiente, serviços internacionais de rádioamadorismo, serviços de recreação, serviços públicos, sociais e conscientização acerca de drogas.

A Associação Internacional de Lions Clubes, através dos serviços das senhoras esposas de sócios - Domadoras - e Léos - grupo de jovens -, tem dispensado grande colaboração no setor de filantropia, lembrando que quando da última grande enchente que ocupou várias regiões do Estado do Paraná, a sede internacional fez a remessa de diversos milhares de dólares, possibilitando, assim a construção e reconstrução de dezenas de residências.

Atualmente, grande parte da dotação orçamentária internacional é destinada aos países onde é grande a problemática do consumo de drogas, incluindo o Brasil, que recentemente recebeu aproximadamente 35 mil dólares para atendimento de campanha visando a conscientização da população.

A cada minuto, a cada hora, a cada segundo, em qualquer país do mundo, as letras que formam a palavra LIONS, Liberdade, Inteligência, Ordem, Nacionalidade e Serviço, são exercidos por um de seus associados.

Diante desta magna data, não poderia este Parlamentar deixar de prestar a sua homenagem a essa prestigiosa Associação, que só tem feito por honrar e dignificar o homem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta sessão, voto de aplausos aos Srs. Roberto e Ronaldo Bian-

chi, pela reedição da autobiografia de Visconde de Mauá, que tem como título "Barão de Mauá Empresário e Político", exemplo de inspiração pioneira de participação efetiva no processo de transformação da economia brasileira.

Outrossim, REQUER, que da decisão da Casa, se dê ciência ao presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP.

Sala das Sessões, em 09.06.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A reedição da biografia do Barão de Mauá - Irineu Evangelista de Souza - é ao mesmo tempo um fato importante para o estudo da história brasileira e uma homenagem ao empresariado. Mauá é considerado o primeiro empresário brasileiro e, segundo palavras do Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, "a discussão que se trava sempre em torno do Visconde de Mauá é a própria discussão sobre os destinos do país, sobre a construção da nacionalidade".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam incluídos na Pauta da Ordem do Dia, na conformidade do disposto pelo Regimento Interno desta Casa, em seu art. 106, alínea "C", os Projetos de Lei n. 162/84 e 53/87, e o Projeto de Resolução n. 130/84, todos em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca de Macedo que este subscreve, solicita, ouvido o Egrégio Plenário, o envio de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR, no sentido de que sua empresa some esforços com o anseio nacional de contenção da inflação, desobrigando os consumidores do Paraná, de todas as categorias, de pagamento da taxa mínima de consumo de água e uso da rede de esgotos. Isto porque, o Estado tem cobrado de inúmeros domicílios muito além do que as pessoas consomem, onerando famílias e contribuintes, e transformando o direito à água e ao esgoto, exigência de higiene, saúde pública e qualidade de vida, num imposto a mais embutido nas tarifas ditas "mínimas". A honestidade preceitua que todo cidadão só deve pagar por aquilo que consome. E isto se configura na exigência da SANEPAR de instalação de hidrômetros nas economias onde se liga água e esgoto.

Sala das Sessões, em 09.06.87

(a) RAPHAEL GRECA:

JUSTIFICATIVA:

A taxa de inflação do mês de maio, segundo a Fundação Getúlio Vargas, foi de 27,58%, a maior de todas as Repúblicas e governos que este país viveu - (da Nova, da Velha, da Velhíssima, da Decrépita, do Estado Novo, da Café com Leite, e até do Império).

Segundo a mesma Fundação, o item serviços públicos contribuiu com uma das maiores taxas para esta elevação do índice de Preços ao Consumidor, com 30,21% dos aumentos, só suplantado pelos itens saúde e higiene (35,31%) e artigos de residência (31,7%).

Este requerimento quer convidar a SANEPAR e o Governo do Paraná, a somarem com o imperioso esforço nacional para combate da inflação, pela prática política, além do discurso de palanque, acima dos efeitos efêmeros da atual "temporada de caça aos marajás", agindo diretamente no alívio do bolso da população que economiza seu salário fustigado pela perda do poder aquisitivo para poder viver.

Este requerimento também quer convidar o Estado do Paraná a respeitar e valorizar as pessoas que atendem aos anúncios institucionais do Governo - de economia de água - e acabam PUNIDAS pagando pelo que não consumiram.

Exemplo prático: O gráfico anexo, a série de leituras e cubagens de consumo feitas por um consumidor que se nos dirigiu, numa residência em Curitiba, no bairro do Bom Retiro. * a grafia é do próprio cidadão contribuinte.

A vítima de voracidade do Estado - no caso - pagou 51 meses (desde 1.º mês de 1983 até maio de 1987 próximo passado). Teve um consumo real de água (pela leitura feita pela Sanepar) de 938 metros cúbicos, contra um consumo cobrado de 1530 metros cúbicos. Isso porque o referido cidadão mantém um comércio em sua residência e, pelas normas da Sanepar, é obrigado a pagar duas vezes a taxa mínima (no caso, 15 metros cúbicos, por mês, cada uma). Com isso, o cidadão em questão foi espoliado em 592 metros cúbicos de água e em valor correspondente em tarifas de esgoto, uma vez que este é cobrado de conformidade com a taxa de água. Tal critério de cobrança obedece às determinações federais e do "Planasa" em vigor - herança da ditadura - retoricamente atacada pelo PMDB e mantida na prática sem alteração de "um til na lei".

Porque há um relógio para leitura de consumo cobra-se a taxa mínima de quem não gasta os 10m³ obrigatórios por economia residencial, e 15m³ obrigatórios por economia comercial? Só para castigar as pessoas que contêm despesas.

A vítima/cidadão do nosso exemplo foi roubada pelo Estado em 2368 caixas de água (de 250l - padrão popular) em 4 anos e cinco meses, ou em 118 caminhões basculantes de água (de 5 m cada um), ou ainda em 2960 tambores de água (com capacidade para 200 litros), ou ainda em 29600 barris de água (para barris de 20l para usar a medida dos aguadeiros coloniais que se serviam do chafariz da Praça Zacharias com os carros pipas e eram mais honestos que a SANE-PAR), ou ainda em 118.400 latas d'água (de 5 litros, para usar a medida das favelas, e do morro, aquela que dá samba e fez a fama da Maria Lata D'Água, levando-a de passista da Mangueira para os palcos da Suíça).

Além disso a vítima/cidadão pagou por 592 m³, ou litros de esgoto que não utilizou - porque em não tendo consumido a água não gerou a matéria bruta capaz de solicitar os serviços da tubulação -.

Num momento em que a população, sobretudo o funcionalismo penalizado pelo travamento do gatilho salarial, se ressentido do custo de vida, o maior do país na capital do Paraná, e tem os olhos rasos d'água voltados para as pessoas investidas de dignidade, é dever de mandato, e compromisso com o povo, solicitar o resgate desta parcela da dívida social do Estado brasileiro ao encargo - e de responsabilidade - da empresa gerenciadora dos nossos generosos mananciais.

Vale lembrar que a pior seca é a seca de idéias. E mais, que a aridez do coração dos poderosos semeia o deserto nas esperanças do povo.

DATA LEITURA	CONSUMO (m ³)	LEITURA ATUAL
15/01/83	24	1133
15/02/83	19	1152
15/03/83	19	1171
15/04/83	24	1195
15/05/83	19	1214
15/06/83	18	1232
15/07/83	20	1252
15/08/83	21	1273
15/09/83	25	1298
15/10/83	13	1311
15/11/83	27	1338
15/12/83	37	1375
15/01/84	34	1409
15/02/84	28	1437
15/03/84	25	1462
15/04/84	22	1462
15/05/84	24	1484
15/06/84	23	1508
15/07/84	24	1531
15/08/84	23	1555
15/09/84	19	1578
15/10/84	19	1597
15/11/84	47	1616
15/12/84	33	1677
15/01/85	20	1697

15/02/85	22	1719
15/03/85	13	1732
15/04/85	14	1761
15/05/85	15	1761
15/06/85	12	1773
15/07/85	14	1787
15/08/85	12	1799
15/09/85	12	1811
15/10/85	18	1829
15/11/85	22	1851
15/12/85	16	1867
15/01/86	20	1887
15/02/86	15	1902
15/03/86	17	1919
15/04/86	11	1930
15/05/86	19	1943
15/06/86	14	1963
15/07/86	11	1974
15/08/86	13	1987
15/09/86	13	2000
15/10/86	14	2014
15/11/86	10	2024
15/12/86	10	2034
15/01/87	14	2048
15/02/87	8	2056
15/03/87	8	2064
15/04/87	10	2074
15/05/87	10	2084

* Cat. 21
Econ. 1

Cat. 43
Econ. 2

Água: 100%

Esgoto: 100%

Consumo Real - 938 m³

Consumo Cobrado 51x30 = 1530 m³

Diferença - 592 m³

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A constatação de irregularidades na Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR e no Instituto de Assistência ao Menor - IAM causou espanto e preocupação a todos os paranaenses. Espanto pela desfaçatez, pela forma e volume de recursos públicos com o qual se locupletaram pessoas que ocupavam cargos de confiança no Governo do Estado. Preocupação pela necessidade urgente de saneamento da Administração Pública, com uma enérgica apuração e responsabilização criminal dos envolvidos.

A ação do Poder Executivo, com a demissão dos responsáveis e o início de sindicância é um aspecto positivo e que merece de nossa parte o mais integral apoio.

Contudo, dada a gravidade do problema, entendemos como indispensável a participação do Poder Legislativo em toda a investigação e apuração das irregularidades.

Neste sentido, tendo por base o Art. 34 da Resolução n. 11-60, de 16 de dezembro de 1960, (Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado), o Deputado

que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Especial, composta por sete Senhores Deputados, com o objetivo de acompanhar a sindicância sobre as irregularidades constatadas no PROMOPAR e no IAM.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, solicitando urgência na tramitação do processo que autoriza a instalação da representação do INPS no município de Renascença.

Sala das Sessões, em 09.06.87

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O município de Renascença no Sudoeste do Paraná tem como atividade básica a agricultura, pois a maioria da população reside no campo, e em consequência dos baixos preços dos alimentos por eles produzidos, tem-se observado a dificuldade encontrada para deslocamento de pessoas à procura de atendimento médico previdenciário em municípios vizinhos.

Sendo assim, a implantação da Agência do INPS, contribuiria para agilizar o atendimento médico previdenciário, dando assim maior tranqüilidade para os usuários e condições de oferecer maior atenção à

saúde.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente à Presidência do Banco Central, Presidência da Caixa Econômica Federal e Ministério do Desenvolvimento Urbano, referendando o resumo das propostas do Encontro das COHABs da Região Sul.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

Necessário e urgente se faz uma reformulação da política habitacional do País. A condução dessa política, no momento, encontra-se desvinculada do seu caráter social, pois assumiu um sentido bancário de custo-benefício. Isso traduziu-se em inanimidade, o que significa um retrocesso em relação ao principal objetivo do sistema habitacional, qual seja, proporcionar acesso à moradia própria às camadas mais pobres da população.

Mister se faz repensar o assunto, e para tanto, encaminhamos cópia do resumo das propostas do encontro das COHABs da Região Sul, que busca oferecer uma contribuição a formulação de uma política.

É este o momento de repensar globalmente a política habitacional, em seus erros e acertos, para uma efetiva e duradoura correção de rumo.

ENCONTRO DE COHABs DA REGIÃO SUL RESUMO DAS PROPOSTAS MAIO/1987

ASSUNTO	PROPOSTAS	SITUAÇÃO ATUAL
	1. Valor médio de empréstimo por empreendimento: 1000 OTNs (20% do limite do SFH);	1. Valor máximo de financiamento: 1000 OTN's
	2. Em empreendimentos acima de 500 unidades: suprimir a exigência de comercialização prévia de etapas de 500 unidades;	2. Comercialização em etapas de no máximo 500 unidades;
	3. Prazo máximo de financiamento: 25 anos	3. Prazo máximo de financiamento: 15 anos;
	4. CES (Coeficiente de equivalência salarial): 1,15;	4. CES: 1,18
	5. Seguro de Obra: deduzido do faturamento das empreiteiras;	5. Incidente no financiamento.
	6. FUNDHAB: Isenção para as COHAB's;	6. Incidente no financiamento: (2%);
	7. FCVS: Isenção para as COHAB's;	7. 0,025% incidente;

VO-DIRHA 074/87

- | | |
|--|--|
| 8. Juros de carência: até 2% a.a. para renda familiar até 03 S.M.;
até 6% a.a. para renda familiar maior que 03 S.M.; | 8. 6% a.a. para renda familiar acima de 02 S.M.; |
|--|--|

- | | | |
|-----------------|--|---|
| VO-DIRHA 076/87 | 1. Adotar o mesmo critério entre cobrança pelas COHAB's aos mutuários e o retorno à CEF;

2. Suprimir restrições dos itens a serem financiados;

3. Ampliação da faixa de renda a ser atendida para 3 S.M.;

4. Adoção da tabela progressiva de juros do Ministério do Desenvolvimento Urbano. | 1. Prestações de retorno atualizadas semestralmente em função do prazo e saldo devedor;

2. Não permite o financiamento de terreno e infra-estrutura;

3. Até 02 S.M.;

4. Não existe isenção de juros para faixas de renda até 3 S.M.; |
|-----------------|--|---|

DOCUMENTAÇÃO
NECESSÁRIA P/
EMPRÉSTIMOS

- | | |
|--|--|
| 1. Adotar as exigências simplificadas utilizadas anteriormente pela CEF. | 1. As exigências são semelhantes às do antigo BNH. |
|--|--|

AQUISIÇÃO DE
TERRENOS

- | | |
|--|------------------------------------|
| 1. Abertura de linha de financiamento às COHAB's com prazo de carência para utilização no máximo de 2 anos

2. Criação de um fundo para aquisição de terrenos com recursos advindos das liquidações antecipadas, quitações do seguro e amortizações extraordinárias. | Não existe linha de financiamento. |
|--|------------------------------------|

RECUPERAÇÃO DE
CONJUNTOS PRO-
BLEMAS.

- | | |
|---|------------------------------------|
| 1. Conjuntos abandonados: Absorção pela CEF da parte inviável e comercialização das unidades, prevendo-se ajustes futuros das prestações.

2. Conjuntos com problemas construtivos: abertura de linha de financiamento, com juros subsidiados, aos mutuários e/ou às COHAB's. | Não existe linha de financiamento. |
|---|------------------------------------|

PARTICIPAÇÃO DO
MUTUÁRIO NA
FISCALIZAÇÃO DAS
OBRAS

- | | |
|--|---|
| 1. Que se estabeleça em contrato que no prazo de 2/3 da obra seja concluída uma unidade de cada tipo para visita e avaliação dos futuros moradores.

2. Que se crie comissão de futuros moradores para acompanhamento das obras, nos casos de COHAB's que procedam a comercialização antecipada. | Não existem normas referentes ao assunto. |
|--|---|

ASSUNTO	PROPOSTAS	SITUAÇÃO ATUAL
COMERCIALIZAÇÃO, COBRANÇA E INADIMPLÊNCIA	1. Destinação pela CEF de 5% do retorno efetuado pelas COHAB's para manutenção de sistema de processamento de dados para cobrança e controle das prestações.	1. Não existe auxílio da CEF.
	2. Fornecimento pela CEF de programas de computação que agilize os processos de comercialização e cobrança.	2. Não existe auxílio da CEF.
	3. Correção semestral das prestações para os mutuários que optaram pelo PES, com aceitação pela CEF do mesmo critério no retorno das COHAB's.	3. No PES as prestações serão reajustadas a cada disparo do gatilho.
SEGUROS	1. Destinação pelas seguradoras de 10% dos prêmios arrecadados para custeio das despesas administrativas das COHAB's com este serviço.	1. Não existe
	2. Que as COHAB's tenham liberdade na escolha da Companhia Seguradora, independente de cadastro no SPH.	2. Escolha somente entre as cadastradas no SPH.
	3. Que haja garantias do seguro habitacional ao adquirente na fase de construção do empreendimento.	3. Não existe.
PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PLURIANUAL DA CEF.	1. Elaboração pela CEF de programação orçamentária plurianual e regionalizada pelo prazo de no mínimo 03 anos, revisada e atualizada anualmente, com a participação das COHAB's.	1. Não existe programação orçamentária a médio prazo.
TRANSFERÊNCIAS DE UNIDADES	1. Que na área de atuação das COHAB's as transferências de unidades sejam efetuadas na forma de sub-rogação de direitos, com manutenção do valor da prestação.	1. Financiamento do saldo devedor e das prestações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando aos mesmos as devidas explicações para os recentes aumentos nos preços dos produtos derivados do petróleo.

1. Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves;

2. Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira;

3. Ministro do Planejamento, Anibal Teixeira;

4. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), Doutor Roberto França Domingues.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O preço externo do barril de petróleo não sofreu majoração, portanto, não há mo-

tivos para o aumento nos derivados de petróleo e no álcool combustível. Na verdade, está se impondo ao povo brasileiro o ônus dos desacertos do Governo na condução da política econômica. Os aumentos que se registram no preço final do combustível, que pesam muito no bolso da população, são resultado direto da necessidade do Governo em captar recursos de fontes extras para cobrir o déficit dos gastos exagerados da administração federal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Paraná, solicitando informações sobre o andamento dos projetos de pavimentação dos seguintes trechos de rodovias:

1. Ligando o Município de Douradina a Maria Helena, via Vila Formosa;
2. Ligando o Município de Indianópolis ao Distrito de São Manoel.

Requer, ainda, o envio de cópia do mesmo expediente ao Senhor Manoel Vitório Mobilia, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Douradina.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) PEDRO TONELLI.

JUSTIFICATIVA:

Tratam-se de obras de reconhecida necessidade pelas populações locais, de regiões prósperas e de grande produção agrícola, as quais virão possibilitar um melhor fluxo no escoamento da produção.

Daí, provém, o interesse dos beneficiários em acompanharem o andamento e, se possível apressarem a execução das referidas obras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes do Estado do Paraná, Doutor HEINZ GEORG HERWING, solicitando ao mesmo, que seja efetuado em caráter de urgência o recapeamento asfáltico da rodovia PR- 549, que corta o Município de Ivatuba, no trecho compreendido entre as divisas dos Municípios de Doutor Camargo e Floresta.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Ver requerimento anexo.

Câmara Municipal de Ivatuba

Senhor Presidente.

Senhores Vereadores

O Vereador que o presente subscreve,

nos termos regimentais, requer após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Deputado Estadual LINDOLFO LUIZ DA SILVA JÚNIOR, para que o nobre Parlamentar viabilize junto ao Secretário de Transportes, apelo no sentido de determinar, com urgência, o recapeamento asfáltico da rodovia estadual PR 549 que corta este município: Trecho compreendido entre as divisas dos municípios de Doutor Camargo e Floresta.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) NEREU PINTO DE SOUZA

Vereador

JUSTIFICATIVA:

É de vital importância para a segurança do tráfego de carros pesados que transitam com destino a Doutor Camargo e Maringá, no escoamento da safra agrícola deste município, que a "priori", possui as terras mais férteis deste Estado, com grande produção agrícola.

O estado atual desta rodovia necessita que seja observada com uma certa urgência, pois a massa asfáltica está se dissipando, formando crostas, com o aparecimento das pedras tornando-se trepidantes os carros em movimento o que poderia causar acidentes com prejuízos incalculáveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Associação de Assistência aos Surdos e Mudos- ASSUMU, Rua Voluntários da Pátria, 2710, em Umuarama.

Uma vez aprovado, Requer, que se dê ciência ao ilustríssimo Senhor Luiz Sérgio Rossi, Presidente da entidade aludida, e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local, no atendimento aos carentes que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão, pois os que procuram, merecem atenção e do referido órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja

enviado ao Excelentíssimo Senhor ALVARO DIAS, Governador do Estado, expediente encaminhando-lhe o Plano Cartográfico do Estado do Paraná, que contém proposta para execução de completo recobrimento aerofotogramétrico do Estado.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

Por convicção, temos nos posicionado favoráveis a política que norteia as diretrizes governamentais.

Fazemos parte de um Estado que hoje é uma das grandes expressões políticas do País, e de um povo que vive um desejo generalizado de melhorias.

Ao apoiar a postura serena e patriótica do Governo, na consolidação de uma real Reforma Administrativa, assumimos compromissos com os anseios maiores do Paraná.

Dessa responsabilidade, emergem o dever e o direito de participar e essa mesma responsabilidade, nos traz hoje à presença de Vossa Excelência, para fazer a apologia do Plano Cartográfico do Paraná, exposto em documento anexo.

Ele nos parece o ponto de partida e o alicerce para a construção de um desenvolvimento racional e planejado.

Foi elaborado no Governo anterior, e apenas recentemente concluído.

O teor do documento em pauta, falará por si mesmo, mas chamamos a Vossa atenção para alguns pontos que nos marcaram.

Praticamente, todos os setores serão beneficiados com a aplicação do levantamento e a Ferrovia da Produção, uma das nossas grandes metas, baseando seu traçado neste estudo, não apenas teria o custo barateado, como traria possibilidade de entrosamento perfeito com hidrovias e rodovias, ideal para reduzir o custo do escoamento da produção.

Portanto, Senhor Governador, advogamos a causa da rápida execução do novo Plano Cartográfico do Estado do Paraná, convictos de que nossa sugestão desinteressada e honesta, merecerá igual apreciação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a doação de uma ambulância para atendimento ao setor de saúde do Município de Ivatuba.

1. Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias.
2. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva.

Sala das Sessões, em 09.06.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

(Ilegível).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente de moção de aplauso à Presidente do PROVOPAR, Primeira Dama do Estado, Senhora Débora Dias, pela brilhante iniciativa da campanha do agasalho de 1987.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Dr. Roque Pirá-gine, solicitando a implantação do sistema de esgoto na cidade de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Cruzeiro do Oeste possui hoje um contingente populacional de forte expressão, que determina a necessidade premente da implantação do sistema de esgoto, para que se garanta as condições satisfatórias de saúde pública, visto que a ausência deste sistema vem expondo a riscos inaceitáveis a saúde da população local. Considerando ainda o esforço que as autoridades ligadas à área de saúde vêm desenvolvendo, no sentido de reverter a preocupante situação que ora encontramos no setor, em face da falta de atenção que o setor mereceu em governos anteriores à Administração José Richa - João Elísio, esperamos seja a implantação do sistema do município citado qualificado como prioritário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Desembargador Mário Lopes dos Santos, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando que, na nova Divisão e Organização Judiciárias do Paraná, sejam incluídos como Distritos Judiciários os Distritos Administrativos de VILA DINIZ e CRUZMALTINA, criados pela Lei n. 7225, de 17/10/79, localizados no Município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoio: Vera Agibert, José Rogério

Carvalho, Orlando Pessuti e uma ilegível.
JUSTIFICATIVA:

Localizados a grande distância da sede do Município os Distritos Administrativos de Vila Diniz e Cruzmaltina, quer pela localização, quer pela expressiva concentração populacional, precisam ser reconhecidos como Distritos Judiciários, o que virá concretizar uma justa e merecida aspiração daquelas comunidades, conforme menção anteriormente enviada a esse Tribunal através de Requerimento aprovado nesta Casa de Leis em 06 de outubro de 1986, solicitando a criação dos Distritos supracitados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de determinar a instalação de um aparelho telefônico comunitário que possibilite a ligação e recebimento de chamadas a ser instalado na Escola Celestina Fuggiatto, situada à Rua Maria Pasqualim Vacari, s/n, Jardim Cruzeiro, da cidade de São José dos Pinhais.

Torna-se imperiosa a necessidade da instalação de um telefone comunitário naquele bairro, porque seus inúmeros moradores não dispõem de nenhum telefone público nas imediações daquela localidade.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Há aproximadamente três anos, a comunidade de Vila Formosa, Município de Douradina, espera a implantação do sistema de abastecimento de água na Vila daquele Distrito. Durante este período muitos foram os políticos e outras autoridades que lá estiveram alimentando as esperanças formulando inúmeras promessas, sem que o serviço, de real interesse e inestimável importância, fosse executado.

A Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, há três anos perfurou um poço artesiano naquela localidade, faltando a instalação do restante do sistema.

Diante do exposto, REQUEIRO o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento Paranaense - SANEPAR, e ao Ilustríssimo Sr. Prefeito Municipal de Douradina, solicitando a imediata instalação do sistema de abastecimento.

Requeiro ainda o envio de cópia do mesmo expediente ao Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Manoel Móbi-
lia, e ao Prefeito Municipal de Douradina.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que seja transcrito nos Anais desta Sessão, o artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", do dia 08.06.87, de autoria do jornalista Antônio Carlos de Lacerda, onde fala sobre a possibilidade de eleições de 1988 que o PMDB poderá ser a vítima.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, das conclusões da Mesa Redonda sobre a "Suinocultura em Debate", evento que teve por iniciativa do BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(aa) ORLANDO PESSUTI

ALEXANDRE CERANTO

BÁSILIO ZANUSSO

ANTÔNIO COSTENARO NETO

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

VERA AGIBERT

LAURO LOBO ALCÂNTARA

JOÃO ARRUDA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 036/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica criado junto aos Gabinetes dos Senhores Deputados um cargo de Assistente Social, Advogado, Jornalista e Psicólogo.

Art. 2.º - A Comissão Executiva regulamentará esta Resolução no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

JUSTIFICATIVA:

A propositura do presente projeto de resolução, visa dotar os Gabinetes dos Srs. Deputados, de assessoramento técnico superior, no sentido de acompanhar e informar os Parlamentares e de propiciar melhor atendimento às diversas pessoas que o procuram em busca de soluções para seus problemas.

Os técnicos superiores tais como Assistentes Sociais, Advogados, Jornalistas e Psicólogos, poderão de forma mais abrangente e sistematizada, executar tais tare-

fas.

Deste modo, os Gabinetes dos Srs. Deputados funcionarão efetivamente no atendimento às pessoas que os procuram.

A afluência aos gabinetes dos Srs. Deputados vem aumentando, surgindo daí a necessidade de pessoas especializadas, tendo em vista que nós, Parlamentares, temos, paralelamente a esta, outras atividades que requerem nossa presença quase que integral.

Há a necessidade de uma divisão mais racional do nosso trabalho para que possamos de uma maneira adequada dar um atendimento mais satisfatório a todos que nos procuram.

Julgamos a medida proposta oportuna e solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 096/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro no município de Guarapuava, está devidamente registrada no Cartório competente, desde 28 de setembro de 1981, prestando desde então, relevantes e inestimáveis serviços de assistência à comunidade de Guarapuava.

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, é entidade sem fins lucrativos e tem por objetivos desenvolver ações que concorram para o atendimento simultâneo da criança, dentro de um conceito familiar, nas cinco áreas que interferem diretamente no seu crescimento e desenvolvimento - educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 097/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criada a FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA DE PARANAVAI, integrada ao Sistema de Ensino Superior Estadual do Paraná, na forma da lei.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A educação se constitui em uma das principais obrigações do Estado e também, em um direito da cidadania.

Com efeito, não pode o Estado se furtar de proporcionar aos seus cidadãos a oportunidade de frequentar uma instituição de ensino superior, pois através da educação e da capacitação profissional, se aprimora o homem e evolui a sociedade que o circunda.

Neste sentido, encaminhamos o presente projeto de lei, objetivando a estadualização da Faculdade de Filosofia de Paranaíba, pois com a estadualização desta entidade, se proporcionará àquela comunidade uma instituição de ensino mais acessível para todos, independente de sua condição econômica e social. Buscamos a democratização do ensino, para que assim, tanto o filho do pobre quanto o do trabalhador, também possam ter acesso à educação e a melhores condições de vida.

PROJETO DE LEI N. 098/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Estado do Paraná com a incumbência de conceder aposentadoria mensal às pessoas portadoras de deficiência física, sensorial, mental e deficiências múltiplas.

Art. 2.º - Farão jus à pensão as "pessoas deficientes", assim conhecidas, segundo definiu a Assembléia Geral das Nações Unidas, de 09 de dezembro de 1975, que em seu Artigo I estabelece: "O termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, a necessidade de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais".

Parágrafo único. A pensão de que trata este artigo será de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo reajustado automaticamente sempre que ocorrer majoração salarial.

Art. 3.º - São beneficiadas pela lei as pessoas portadoras de deficiências julgadas definitivamente incapazes para o trabalho, cujos pais, tutores ou curadores, responsáveis pela criação, educação e proteção, residam no Estado há pelo menos dois anos e auferam renda inferior a dois salários mínimos regionais.

Art. 4.º - Para os efeitos desta lei, alcança ainda benefício a pessoa definiti-

vamente incapaz para o trabalho, em qualquer idade, com deficiência severa ou não, cronicamente instalada no período do desenvolvimento, considerado dependente sob o ponto de vista sócio-educacional.

Art. 5.º - Para a concessão da pensão devem ser preenchidos os seguintes requisitos:

I - trata-se de pessoa portadora de deficiência incapacitada definitivamente para o trabalho;

II - comprovação de que os pais, tutores ou curadores:

a. são efetivamente responsáveis pela criação, educação e proteção da pessoa beneficiada;

b. percebam renda mensal inferior a dois salários mínimos regionais;

c. residam no Estado há pelo menos dois anos.

III - juridicamente comprovado que não têm de onde prover próprio sustento, asseio, manutenção...

§ 1.º - Comprova-se a condição de portadora de deficiência e a incapacidade definitiva para o trabalho, mediante exame procedido por equipe técnica especializada, constituída por um médico, um psicólogo e um assistente social.

§ 2.º - A renda mensal dos pais, tutores ou curadores, que abrange os rendimentos do casal, nela incluídos o 13.º salário, gratificações e outros rendimentos, será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. da carteira profissional para assalariados;

b. do cheque ou contra-cheque de pagamento, expedido pelo órgão pagador, para os funcionários públicos;

c. do carnê de contribuições para a Previdência Social;

d. de pesquisas sócio-econômicas, realizadas por Assistente Social designado pela Secretaria de Estado da Educação, não havendo outro meio de comprovação.

§ 3.º - O(a) responsável ou cônjuge, se casado, pela pessoa portadora de deficiência firmará declaração dizendo não perceber renda de outras fontes, além daquela constante do documento apresentado, sob as penas de lei;

§ 4.º - A prova de residência no Estado do Paraná poderá ser feita pela apresentação:

a. da carteira profissional;

b. do título de nomeação para o serviço público;

c. de faturas de luz ou água;

d. de ficha de registro constante na Federação Paranaense de Entidades de Deficientes Físicos;

e. qualquer outra prova documental a prudente critério da autoridade processante.

Art. 6.º - A pensão extinguir-se-á:

I - pela morte do beneficiário;

II - pelo exercício de atividade laborativa remunerada pelo beneficiário reabilitado;

III - pela comprovação de que os pais, tutores ou curadores, passaram a perceber mensalmente, renda superior ao mínimo exigido por este Regulamento;

IV - pela entrega do benefício à responsabilidade do Estado.

Art. 7.º - A pensão será concedida pelo Governador do Estado, a pedido, por requerimento do interessado ou pelos representantes legais (pais, tutores ou curadores), devidamente instruído e regularmente processado pela Secretaria de Educação.

Art. 8.º - A pensão será devida a partir da data da publicação em Diário Oficial.

Art. 9.º - A Secretaria de Educação promoverá anualmente a aferição da permanência dos requisitos previstos no Art. 5.º, ouvido o Conselho Estadual de Educação, Reabilitação, Habilitação e Integração Social das Pessoas Deficientes, comunicando a ocorrência ao Tesouro do Estado.

Art. 10 - A Secretaria de Educação baixará as instruções que forem necessárias à execução desta lei.

Art. 11 - Os casos omissos, serão submetidos, mediante exposição de motivos do Conselho Estadual de Educação, Habilitação, Reabilitação e Integração Social das Pessoas Deficientes e Secretaria de Estado da Educação, à decisão do Governo do Estado.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Pedro Tonelli, Antônio Belinati, Algaci Túlio, Eduardo Baggio, Ezequias Losso e Raul Lopes.

JUSTIFICATIVA:

Segundo estatísticas da ONU, possuímos no Brasil cerca de 13 milhões de brasileiros, que são portadores de deficiências, cerca de 10% da população. O Estado do Paraná, resguardadas as proporções, também integra igual percentagem no seu contexto populacional.

Vemos crescer dia a dia, cada vez mais enfermidades que produzem deficiências. Somando-se a isso, os erros médicos e os acidentes (trabalho) e etc, nos leva a crer ser a própria sociedade a responsável direta por esses casos.

Nos diz a história que Sêneca, e antes dele Platão, cuidavam da eliminação dessas pessoas, pura e simplesmente. Via-se que a

vida não era de quem a possuía. Na Idade Média, evoluiu-se para credenciar aos pais a função de conviver ou eliminar os filhos "deformados" por quaisquer síndromes. Somente após Jesus Cristo, passou-se a valorizar a vida, incutindo-se o respeito, o amor.

Hoje, o Estado, mais do que nunca, deve investir em programas que procurem erradicar os fatores que gerem deficiências e, quando isto não está ao alcance, que amenizem o sofrimento, penúrias e total ausência de recursos, que venha permitir às pessoas deficientes, um tratamento mais adequado e até possibilitar-lhes alcançar a reabilitação e/ou habilitação profissional.

O Paraná, ao contrário de outros Estados, não possui um Centro de Reabilitação que venha facilitar a inserção social dos deficientes, como o Hospital Sara Kubitschek (Brasília) ou ABBR (Rio). Pouco se tem investido nesta área. Isto porque nunca houve preocupação com essa parcela da população, pelos governantes.

Por outro lado, o alcance social da lei, extirpará um crucial e alarmante mal que infesta as ruas do Estado, pela mendicância pura e simples, atrás de recursos para o próprio sustento. Deve-se paralelamente a isso, evitar a exploração dos deficientes e concitar a sociedade à plena vigência do disposto em/a lei. Em um ano, o Estado já estará servindo a mais de 50 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Finda a leitura do expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, primeiro orador inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, inegavelmente o Governo Federal tem surpreendido o povo brasileiro com muitas contradições. Ainda agora nós assistimos ao noticiário e ouvimos as declarações oficiais, e até as das empresas privadas, preocupadas em reescalonar as dívidas dos pequenos e médios agricultores e das pequenas e microempresas. Mas surpreendentemente, ao que nos parece a palavra de ordem dada pelo Governo Federal e por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, não está refletindo no Paraná, especialmente no INCRA.

Recebemos há poucos minutos informações de que um advogado do INCRA sediado aqui em Curitiba, foi à Comarca da Reserva e ajuizou mais de cem execuções fiscais contra pequenos e médios proprietários de terra do Município de Reserva. Proprietários esses que ao início deste ano não conseguiram efetuar o pagamento do imposto territorial rural numa base de Cz\$...... 4.000,00, e agora vêm suas dívidas eleva-

das para mais de Cz\$ 20.000,00 e prazo de vinte e quatro horas para efetuarem o pagamento do mesmo. Estou solicitando melhores informações, Senhor Presidente, e estarei de posse de documentos, e amanhã os apresentarei a esta Casa e pedirei o apoio dos nobres colegas para que possamos enviar um ofício à Presidência da República, e também ao Ministério da Agricultura e ao INCRA, solicitando a sustação dessas execuções que estão sendo realizadas no Município de Reserva, que estão estabelecendo o pânico entre o pequeno e o médio agricultor. Tenho certeza que na próxima sessão, amanhã, esta Casa aprovará o requerimento e faremos uma corrente para que a palavra do Presidente da República seja também ouvida pelo INCRA do Paraná.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Pequeno Expediente tem a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio, segundo orador inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estava programada para manhã de hoje uma reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, e lamentavelmente não sei porque razão os Senhores Parlamentares que compõem essa Comissão não se fizeram presentes e nem ao menos justificaram suas ausências.

A comunicação foi feita com antecedência a todos os demais Parlamentares inclusive por escrito, porque dentre vários assuntos que a Comissão trataria, um deles era a respeito de ouvir alguns funcionários do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ que foram demitidos e a entrega inclusive de uma carta, de um ofício, da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná à Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia. E nesta carta a Federação denuncia o comportamento arbitrário da Diretoria do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ contra funcionários daquele estabelecimento de crédito, bem como solicitava a intercessão desta instituição no sentido de não apenas reparar as injustiças cometidas, como também para tomar as providências que o assunto exige junto as autoridades constituídas.

O BANESTADO, ainda na sua gestão da diretoria anterior, demitiu por justa causa há alguns meses atrás dois funcionários lotados nas agências do Banco, localizadas no Rio de Janeiro, porque os mesmos haviam ingressado com reclamação trabalhista contra a empresa, visando restabelecer um direito adquirido cortado ilegalmente. Este aqui é um ponto importante da denúncia que faz a Federação dos bancários do Estado do Paraná. (Lê):

"Vejam os Senhores que dois funcioná-

rios, por terem entrado junto ao Ministério do Trabalho com uma reclamação trabalhista, foram demitidos pela Direção do Banco. A Federação fez gestões junto a então Diretoria na pessoa de seu vice-Presidente, Senhor Paulo Ricardo dos Santos, o qual interpelado alegou que a medida representava uma posição da empresa, relativamente a todo e qualquer emprego que contra ela reclamasse judicialmente".

Eu chamo a atenção dos Senhores Parlamentares no sentido, de que ora em diante, nenhum funcionário do Banco do Estado do Paraná terá direito a fazer qualquer tipo de reclamação, porque será imediatamente colocado na rua. E isto está escrito neste ofício, que a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, do Estado do Paraná, envia à Comissão de Direitos Humanos, da Assembléia Legislativa.

O documento revela ainda outros fatos, que evidentemente os Senhores Parlamentares da Comissão tomarão conhecimento e a reunião de hoje seria para ouvirem inclusive os depoimentos de dois funcionários, que estão aqui em Curitiba há mais de dez dias esperando uma oportunidade de poderem se posicionar e relatar os seus problemas.

E hoje pela manhã, inexplicavelmente, os membros não compareceram à reunião da Comissão, que não pôde ser realizada. É nesse sentido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu faço um requerimento desta tribuna, para que se dê espaço na sessão de hoje, por quinze minutos, ou mais, se for possível, para que os membros da Federação, ou pelo menos um membro da Federação dos Bancários, que estão aqui neste momento e o companheiro Roberto Pinto e demais integrantes do Sindicato dos Bancários, para que dentro desta sessão, se permita o uso da tribuna, para que ele possa colocar a posição da Federação dos Bancários em relação a situação dos funcionários do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, que estão terminantemente proibidos de ingressar com qualquer reclamação trabalhista, sob pena de perderem o seu emprego.

Repito, reforço, Senhor Presidente, que sejam dadas condições para que essa Assembléia ouça os esclarecimentos do representante da Federação dos Bancários, já que a Comissão de Direitos Humanos não se reuniu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior, inscrito.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A cada dia, o povo brasileiro é pego de surpresa pelos Ministros, principalmente da área econômica, por homens que

aprenderam a fazer oposição durante muitos anos neste País, mas, que hoje, infelizmente, ao querer governar, desgovernam.

A frustração empesarial aí está, Senhor Presidente, e esta Casa composta de homens responsáveis, homens que vêm de todas as partes deste Estado, para lutar acima de tudo pelo bem comum, e por entender que política é arte de promover o bem comum, precisa ser sensível aos fatos que vêm ocorrendo.

Muitos, até pelas esquinas da Capital, e do interior do Estado, nos perguntam qual seria a solução para estes descalabros anunciados todos os dias pelo Governo Federal na "Ilha da Fantasia", em Brasília.

Senhor Presidente, em primeiro lugar, entendemos, como um dos mais jovens Parlamentares deste País, que enquanto não obtivermos e conseguirmos uma conscientização política da nossa gente, jamais sairemos desse atoleiro.

Precisamos de três grandes reformas, uma reforma de homens responsáveis, sérios, homens que tenham compromissos com os ditames de suas próprias consciências: precisamos de uma reforma administrativa coerente, firme e acima de tudo, uma reforma administrativa corajosa, como esta que precisamos aplaudir, do Governo do Estado do Paraná, de um Governador que não pertence ao nosso partido, mas que vem dando uma demonstração acima de tudo de transparência no seu Governo; e precisamos, Senhor Presidente, de uma reforma bancária, do sistema financeiro do nosso País, para que o microempresário, para que o agricultor, o homem do campo não continue sepultando as suas esperanças.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaríamos de nesta oportunidade estender o convite a todos os microempresários deste Estado, a todos os Presidentes de Associações, pois no final do mês teremos aqui a presença do Presidente do CEBRAI - Paulo Lustosa e estamos confirmando hoje ainda a presença dos Ministros da área econômica deste País, para um grande encontro nacional, que reunirá, sem dúvida alguma, aqueles que estão sendo pisados por este regime que aí está, um regime financeiro, que vem como já disse, sepultando as esperanças daquele microempresário, daquele que investiu e hoje não vê perspectiva no fundo do túnel, não vê sequer uma luz para sair desta grave crise que o nosso País atravessa.

Dia 30, portanto, Senhores Deputados, gostaríamos da presença de Vossas Excelências no Plenarinho desta Casa, para que possamos juntos, neste Encontro Nacional de Micros e Pequenos Empresários, mostrar ao País que o Paraná, numa posição de vanguarda, se preocupa com o micro, pequeno,

e médio empresário.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta presidência lamenta, mas não poderá atender a solicitação proposta pelo Deputado Algaci Túlio. O Regimento da Casa é bastante claro com matérias desta natureza, os ilustres convidados poderão manter contatos nas Comissões pertinentes ou, como prevê o Regimento Interno da Casa, na sua tribuna livre.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na última quinta-feira, a Assembléia Legislativa, através do Bloco Parlamentar Agropecuário, promoveu com grande êxito e sucesso uma mesa-redonda onde foram discutidos os problemas atuais e as perspectivas da suinocultura paranaense e também da suinocultura brasileira.

Desta reunião em que pudemos contar com a presença de alguns Parlamentares desta Casa de Leis, participaram diversas entidades representativas do setor. Lá estavam a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; a Secretaria de Finanças; a FAEP; a FETAEP; a APAVI; APS; a OCEPAR e o Ministério da Agricultura. Lá estavam, enfim, diversas pessoas representativas do setor suinícola do Estado do Paraná e do Brasil.

Foi um debate realmente muito produtivo, questões inúmeras foram levantadas e, ao final, houve por bem lideranças do setor da suinocultura que lá se encontravam elaborar um documento de conclusões, que eu passo a ler, e do qual estamos requerendo, juntamente com outros sete Parlamentares sejam suas conclusões inseridas na Ata dos trabalhos de hoje, para que possa ficar aqui registrado o pensamento dos participantes.

Passo a ler então as conclusões da mesa-redonda "Suinocultura em Debate", realizada no dia 4 de junho de 1987. (Lê):

**BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO
"SUINOCULTURA EM DEBATE"**

Curitiba, 04 de junho de 1987.

CONCLUSÕES:

As principais lideranças ligadas ao setor suinícola paranaense, reunidas na Assembléia Legislativa, nesta data, - por iniciativa do BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO e da COMISSÃO DE SUÍNOS E AVES DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - e coordenadas pelo deputado estadual ORLANDO PESSUTI, após várias explanações e calorosos debates, produziram as conclu-

sões abaixo enumeradas, as quais serão encaminhadas às autoridades competentes.

1 - Que seja estabelecido pelo Conselho Interministerial de Preços - CIP, um adequado controle de preços das rações e concentrados, visando corrigir o grande desequilíbrio e coibir os abusos verificados em diferentes regiões do Estado;

2 - Que o Governo faça, quando necessário, estoques reguladores, através de AGF e EGF;

3 - Que os produtores em geral tenham acesso à aquisição do milho (estoque do Governo), nas mesmas condições de preços do mercado internacional (cota - exportação);

4 - Que o Governo do Estado estenda o benefício fiscal, do ICM do milho, aos demais insumos, utilizados na fabricação de rações;

5 - Que o produtor possa pagar, com produto "in natura" - no vencimento, ou antecipadamente, se o desejar - os financiamentos que contratar, para aquisição de insumos, equipamentos, implementos e construções de instalações;

6 - Que o crédito pressuposto do ICM do suíno seja elevado de 35% para 50%;

7 - Que se mantenha a dilatação do prazo no pagamento do ICM nas atuais condições;

8 - Que se busque, nas próximas reuniões do Setor, a participação de todos os segmentos ligados à suinocultura, envolvendo desde a produção, a industrialização até a comercialização."

Portanto, Senhor Presidente, os Deputados que este subscrevem: Orlando Pessuti, José Rogério Carvalho, Alexandre Ceranto, Vera Agibert, Basílio Zanusso, Lauro Lobo Alcântara, Antônio Costenaro Neto, João Arruda, todos integrantes do Bloco Parlamentar Agropecuário e que daquela reunião participaram, requerem a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa das conclusões da mesa-redonda "A Suinocultura em Debate" da qual demos conhecimento nesta tribuna, na tarde de hoje, aos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado José Rogério Carvalho por trinta minutos.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Depois de uma longa e demorada jornada, em 1985 o PMDB aportou no Poder.

Não foi da forma como sempre desejou. Por um capricho da fatalidade, deu-se através de quem jamais lhe mereceu a con-

fiança: um estranho de seu meio; um alheio ao seu programa; um adversário da luta quase vintenária.

Mas, o poder discriminatório encerrava mais um ciclo, para recolher-se à história. Vencido como são os governos que não criam e não preservam pelas suas ações identidade dos verdadeiros valores da Nação, objeto fundamental do Estado.

O clima de esperança foi revitalizado no processo de liberalização do regime, que seguido da implantação do Plano Cruzado, devolveu-nos o místico sentimento do patriotismo. Apenas oito meses, depois de falecerem as últimas energias do festejado Plano Cruzado I, é duro admitir, - quando o Governo é o mesmo, quando o Partido e os homens que lhe dão sustentação são os mesmos, o País encontra-se mergulhado no abismo da crise político-econômica, a mais grave de sua história, e o que é pior, sem motivos para o povo ter fé, porque o Governo, que é inoperante, é também irresponsável e insincero. Inexistem motivos para o povo ter esperanças, porque a estabilidade e a omissão do Governo desinstalaram até os últimos resquícios da credibilidade.

No pleno epicentro da crise, no dia 18 de maio, assistimos o Senhor Presidente em cadeia nacional de comunicações ditar o prazo de seu mandato: cinco anos. Diametralmente oposto ao que a sabedoria popular lhe recomendaria: convocação de "Eleições Diretas Já"!

A Constituinte, concebida para ser livre e soberana, que jamais foi soberana, deixou de ser livre.

As verdadeiras e inadiáveis prioridades nacionais foram relegadas aos escaninhos de grandeza inferior, na exata medida do que convém a um governo inconveniente, sandeu e politiquês.

Neste crescente descompasso de eleições e prioridades, vimos engolindo a seco a irremovível idéia da Ferrovia Norte-Sul, nascida dos anseios megalomaniacos de quem não consegue satisfazer-se com apenas 130 milhões de vidas desgraçadas, e quer mais, praticar a eutanásia da Nação.

E mais, como se não lhe bastasse a própria mediocridade, implantou a política malufista de amealhar simpatias a troco do poder e das conveniências, onde até os ideais do PMDB, inarredáveis, são tratados como produto de barganha, como se pudessem os interesses populares ser relegados à sanha do aventureirismo político.

Terça-feira passada, dia 2 o Senhor Presidente reeditou mais um de seus "shows" televisivos, numa sisuda reunião ministerial, para pregar austeridade de Governo, combate à corrupção, à inflação e às altas taxas de juros. Ao final de três horas de discursos, não persistiam dúvidas:

eram apenas mais discursos, alinhavando metas sem declinar, em momento algum uma forma sequer de como seriam atingidas.

Tapinhas nas costas, cumprimentos, abraços largos e continentais, sorrisos claros, comentários dos temas suscitados na reunião, e o Senhor Ministro da Fazenda volta a surpreender-nos, aliás, ele é a própria surpresa do que não se deve ter como Ministro, com a idéia de que o fomento do desenvolvimento econômico nacional somente se alcançará pelo aumento das alíquotas dos tributos, opinião ratificada a alguns Governadores de Estado como solução para o abrandamento dos "déficits" orçamentários.

Muito provavelmente o loquaz da Fazenda não acredita na veracidade das informações do DIEESE, traduzindo a opinião econômica mundial, que este é o País de maior carga tributária do planeta, ou ainda que neste instante mesmo o povo que não tem um salário condizente para se alimentar, o empregado do salário-mínimo tão aviltado, remuneração de 65,15% da população economicamente ativa, este povo trabalha mais de quatro meses por ano apenas para cumprir suas obrigações tributárias, que não cessam de ser alimento de déficit público gigante, consumidor de mais de 5% do Produto Interno Bruto Nacional.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre colega José Rogério Carvalho, Vossa Excelência está relatando muito bem a situação nacional em que nos encontramos e é claro que nós, como Deputados eleitos pela população, temos o dever e o compromisso de além de representar os interesses da população, mostrar o caminho que temos a seguir.

Por isto aproveito esta oportunidade. Mais uma vez é preciso conclamar todas as forças políticas democráticas, para que a gente se comprometa no esforço para superar esta crise econômica, social e, principalmente, política, causadas por um Governo que nem ele próprio acredita mais em si.

Portanto, é de suma importância que todos nos preocupemos.

Na semana passada ouvi um pronunciamento na televisão de um Deputado Federal do Paraná, chamado Nilso Squarezzi. Este dizia que o PMDB deveria estar nas ruas lutando por diretas. O Deputado Squarezzi disse que José Sarney, que é ex-PDS, conseguiu minar por dentro do PMDB, desvirtuando suas propostas. Portanto, temos que lembrar também que o PMDB já se pronunciou claramente, pelo menos no Paraná, favorável a um mandato de quatro anos a José Sarney, dando o seu apoio às eleições em

1988.

Não sei porque que muitos, ou grande parte das forças que sustentam este Governo, estão aí mantendo um Governo e querendo um Governo de cinco anos. Certamente ninguém aguentará cinco anos.

Acho que o PMDB, se não assumir uma proposta clara, uma proposta em favor de eleições diretas já, logo após a Constituinte, estará escorregando para uma posição conservadora e claramente contrária aos anseios populares. O povo brasileiro, através das pesquisas, já deixou evidente que não suporta mais ser dirigido por José Sarney.

Será que o PMDB, o Partido majoritário que dá sustentação a José Sarney, suporta manter o apoio a este Presidente?

Por isto, sabemos que são muitos aqueles que estão comprometidos com José Sarney. Mas acho que todos temos que nos sentir constrangidos em continuar apoiando um Governo que é mais desgoverno do que governo de uma Nação.

Por isto conclamo e gostaria de usar este importante espaço que Sua Excelência me concede para dizer que a saída desta Nação nós temos é que contruí-la. Não teremos mais nenhuma forma mágica e nenhuma medida milagrosa e milagreira para resolver os problemas da Nação.

A campanha das diretas tem o objetivo de fazer com que toda população comece a se preocupar com os problemas nacionais; se preocupar com a dívida externa, com o sistema financeiro, com a nova política econômica, agrícola, agrária, com a nova política educacional. Nós todos é que temos que refletir sobre estas questões e construir uma nova proposta política nesta Nação.

Muito obrigado (nobre colega e vamos adiante.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Continuando, Sr. Presidente.

Foi exatamente em meados de maio, quando o Governo mais considerava imprescindível a definição do seu mandato, como solução terminativa da crise, que os agricultores do Paraná, por atraso dos recursos para o financiamento de custeio desta safra de trigo, tomaram a decisão de reduzir em 45% a área de plantio.

Nesta altura dos acontecimentos, a transparência de Governo deve ter se escondido por detrás do volume de Cz\$ 126 bilhões arrecadados a título de empréstimos compulsórios que até aqui a Nação desconhece onde foram aplicados.

O déficit de moradias, avaliado em 20 milhões de unidades, aguardou quatorze meses para que o Banco Central emitisse as instruções de financiamento às instituições da ABECIP - Associação Brasileira de

Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.

Os índices mensais da inflação, sem freio, corroem salários, minam a qualidade de vida, espargem miséria, subemprego e subdesenvolvimento que fogem aos cálculos.

O número de concordatas e falências bate todos os recordes históricos. A moratória unilateral persiste em causar danos às exportações, às importações e à política de créditos internacionais.

As elevadas taxas de juros, retrato fiel das ações econômicas do Governo, prostra os setores produtivos, enquanto o Governo promove gastronômicas reuniões políticas para o aliciamento e a arregimentação de uma corte própria de áulicos, cujo compromisso é o de apoiar um Governo sem autoridade, entusiasmado com o seu plano de metas, mas que não tem um plano organizado ou ainda não sabe de que forma o concretizará.

A cúpula do PMDB não pode, não deve e não tem o direito de atrelar-se a este Governo de barbaridades. A manifestação das bases do partido fiéis ao clima de insegurança, incertezas e estupefação negativa que apreendem do eleitorado que sempre nos foi fiel, reclama uma medida enérgica de afastamento total deste Governo divorciado dos nossos objetivos.

O que sempre pretendemos era convocar a Nação para que se fizesse uma mudança de rumos no sentido da retomada do desenvolvimento seguro e da efetiva liberdade.

É o que alcançamos? No que é que este Governo vem se mostrando melhor do que os Governos que o antecederam?

Nenhuma mudança de rumos será viável sem mobilização de forças que capacitem o País para o exercício pleno de sua soberania.

O caminho há de ser o das eleições livres e soberanas até noventa dias após a promulgação da nova Constituição.

Somente um Governo legítimo, surgido da vontade das urnas, terá a credibilidade e a confiança que se antepõem à tarefa da reconstrução nacional.

A hora, mais uma vez, é da grandeza e da união de todos os brasileiros e instituições.

Essa sim, deve ser a tarefa do PMDB. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Encerrado o Grande Expediente passamos ao horário das lideranças.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente,

Srs. Parlamentares.

Tenho ouvido muitos pronunciamentos, entrevistas, e a imprensa questionando quatro, cinco anos de mandato para presidente da República, com alegações derivadas da crise econômica que o país está vivendo.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que a situação é mais grave do que a discussão de quatro ou cinco anos de mandato presidencial, pois o Brasil necessita com a maior urgência possível, de um plano para podermos sair da crise econômica que estamos vivendo.

Nem com quatro anos, ou com cinco anos a Nação sairá da situação em que está, se não tivermos imediatamente uma definição de um projeto econômico, social, algo imediato para que se possa socorrer, no conjunto, todos os segmentos da sociedade que indiscutivelmente estão prejudicados pelo momento difícil da economia nacional!

É necessário, com a maior urgência, pararmos com o trabalho de bombeiro, de apagador de incêndio, de alívio de tensões em setores do trabalho e da produção, sob pena de gastarmos os últimos recursos do Tesouro Nacional, tentando socorrer segmentos em dificuldade!

O que temos ouvido é que, de quando em vez, liberam-se recursos para socorrer a microempresa, e como o montante não atinge o volume das dificuldades das mesmas, na ponta, quando os recursos chegam do banco, e a microempresa vai procurar se socorrer, invariavelmente não há recursos para todos. Daqui a pouco, é a prorrogação por sessenta, noventa dias do débito da média empresa, mas na frente a prorrogação da dívida do pequeno agricultor. Nós estamos numa cascata, contínua e constante, aliviando tensões, apagando incêndios, sem a existência de um projeto global que possa, definitivamente, recuperar a economia nacional!

Não poderemos, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, nem sequer imaginar de que definido um mandato de quatro anos para o Presidente da República tudo estará resolvido se não houver uma medida imediata, agora, para a recuperação desta economia combalida, nem os quatro anos serão suficientes para esta Nação, porque principia a pregação da desobediência civil, talvez uma das pregações de mais alto risco em qualquer Nação juridicamente organizada, porque quando se prega a desobediência civil se prega o caos, a inexistência de uma continuidade de honra, de compromisso de uns para com os outros!

Por isso, recentemente reunidos num encontro todos nós. Deputados Estaduais do Sudoeste do Paraná, com a Associação dos Prefeitos do Sudoeste, Presidentes de Diretórios, e com os nossos Vereadores,

concluimos por uma grande marcha de Prefeitos, Vereadores, Presidente de Diretório do Sudoeste do Paraná, para conversar com o Governador Álvaro Dias, na sexta-feira, às 9:00 horas da manhã, e colocar clara a posição de insolvência em que se encontra o agricultor, o microempresário e o médio, o Poder Público dos pequenos municípios.

E quero, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer do estilo que norteia os Deputados do meu Partido e da nossa região.

Não nos cabe instigar pura e simplesmente a população para colocá-la na rua e ficarmos fechados dentro das nossas casas e nos nossos gabinetes. Não é possível tentarmos a mobilização dos outros enquanto nós políticos permaneceremos estáticos. E não nos é simpático ver que um Partido de lutas, como o PMDB, se encontre no meio de uma crise bombástica como essa sem uma definição mais clara e mais positiva de comportamento em defesa dos seus princípios éticos, doutrinários, que fizeram o partido merecer a credibilidade popular.

Vamos tentar sensibilizar as outras regiões do Estado, e outros Estados da Federação, para que haja um posicionamento claro e objetivo por parte dos Vereadores do Partido, Diretórios, e dos Parlamentares para cobrarmos imediatamente um plano de recuperação econômica para a Nação, sob pena de, partindo dos Diretórios, passarmos a retirar o apoio, se necessário, à política econômica que se desenvolve no País nos dias de hoje.

Não queremos nessa hora de dificuldade manter o Partido fechado dentro do gabinete, quando nos cobram uma posição mais firme.

O Sr. Acyr Mezzadri - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Caíto Quintana, queria cumprimentá-lo pela preocupação que o traz à tribuna, neste Parlamento, na tarde de hoje. A angústia e a preocupação de V.Exa., devo dizer que é a mesma do Paraná e do Brasil. Iremos hoje, Deputado, não apenas o microempresário, mas também como exemplo, para constataremos o estado falimentar de toda a sociedade brasileira.

Portanto, essa reunião que o Sudoeste marca e exige com o Governador do Estado para que se tome uma posição, tenho certeza, que num espaço muito curto.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência lamenta, mas o tempo de V.Exa. encerrou-se.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pediria um minuto para a conclusão do aparte do nobre Deputado.

O Sr. Acyr Mezzadri - Queria dizer, nobre Deputado Caíto Quintana, que se nós os Parlamentares e políticos não tomarmos uma posição, fazendo com que se tome um rumo, um caminho no aspecto econômico-financeiro deste País, este estará quebrado hoje; e a persistir esse quadro teremos o caos talvez no amanhã.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço seu aparte e lamento, Deputado Antônio Costenaro Neto por não poder ceder-lhe o aparte em virtude do tempo estar esgotado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos à Liderança do PDS, se fará uso do seu tempo. (Ausente).

Estando ausente, consultamos à Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PL, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente queremos manifestar a nossa solidariedade ao pronunciamento há pouco feito pelo nobre Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana. A propósito, ocupamos por algumas vezes a tribuna da Assembleia Legislativa para enfocar essa mesma preocupação.

Devemos, independentemente de partido político, formar uma grande frente visando a estabilidade da democracia em nosso País, a qual se encontra ameaçada, sem dúvida, em função dos problemas econômicos que estão se avultando cada vez mais.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um artigo publicado neste final de semana nos maiores jornais do País, de autoria do consagrado colunista Carlos Chagas, deixa-nos também muito preocupados. Embora seja um pequeno tópico abordando uma situação, é preciso se aprofundar no problema, para vermos de fato até onde ele tem a sua razão de ser.

Acontece que à medida em que se afunilam os debates da Constituinte, relatórios das subcomissões para as comissões maiores, passam a ter uma interpretação até diferente do que na realidade se sucedeu. Esta preocupação está presente na própria manifestação do Prefeito Nivaldo Passos Kruger, considerando retrógrado um relatório formulado pelo Senador José Richa, cuja interpretação de decisão, em relação à política municipalista, não estaria atendendo as justas reivindicações, já assentadas a nível de subcomissões.

Nossa preocupação é quanto a esses relatórios, justamente, pois como diz Carlos

Chagas, chegamos a uma situação em que se ninguém reagir, o homem nu que aparece de costas na abertura de uma das telenovelas, da Globo, vai acabar virando de frente para os telespectadores!

Senhor Presidente e Senhores Deputados, se a Constituição futura deste País será conservadora, progressista ou moderna, não nos preocupa. Queremos é uma Constituição capaz de permitir à sociedade brasileira, um encontro de reivindicações que retratem efetivamente o pensamento geral de nosso povo, sem privilegiar grupos ou situações, conforme se pode depreender, de tantos desencontros que estão acontecendo. Não temos, repito, a pretensão de um conservadorismo que represente retrocesso, mas tampouco podemos admitir um progresso tão avançado que jogue por terra valores morais e de família que estão sendo deixados de lado, com a desculpa da modernidade! Não podemos admitir, de fato que no "lobby" de interesses estranhos se acentuem posições capazes de nos deixar preocupados com o rumo da futura Constituição brasileira. Não é apenas nessa área que estão sendo gerados conflitos, mas também na política municipalista, na questão tributária e na política administrativa, enfim, em tudo o que já se discutiu a nível de Subcomissões, material encaminhado às oito Comissões maiores da Constituinte.

Precisamos nos manter alertas para que não distorçam, sob a desculpa de modernismo, posições já afirmadas, como esta da moralidade brasileira, onde tentam disfarçar a licenciosidade com o clima de avanço e progresso!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, passamos a fase de debates em vinte e quatro Subcomissões e já estamos em vias de votação para os pareceres de oito grandes Comissões. O perfil da futura Constituição brasileira começa a surgir no panorama da Assembleia Nacional Constituinte! O Partido Liberal está alerta! A simples menção de uma possibilidade moral ser transformada em instrumento de modernismo, deixa-nos prontos para avisar nossos Constituintes! Vamos observá-los daqui, gritando no momento certo a nossa preocupação, tal como o fazemos neste momento, pois a omissão pode também nos atingir como representantes do povo quando vemos o "lobby" que praticamente todos os setores em discussão nesta Constituinte montaram para defender o que julgam ser seus direitos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora este pronunciamento possa parecer em princípio uma preocupação desnecessária, julgo oportuno esse lembrete para que permaneça nos Anais desta Casa a nossa preocupação. E desde já, conforme o rumo deste perfil que se traça em termos de Constituinte,

passarei a defender a necessidade de que a futura Constituição, finalmente, acabe por necessitar o aval real do povo através de um plebiscito. A continuar esse clima divergente em relação a determinados relatórios de comissões, prejudicando até mesmo futuros posicionamentos, não hesitarei, repito, em levantar em nome do PL, minha preocupação face à possibilidade de que nos façam um legado em Brasília, de uma Constituição aos moldes de interesses de partidos, de grupos ou estatutos que não representem efetivamente uma Carta Magna como todos esperamos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos à Liderança do PFL, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PDT.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PFL.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, o Deputado Lindolfo Júnior tem a palavra no nosso horário.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna hoje, mais uma vez, para expressar o nosso desagrado e protesto contra os rumos que estão tomando conta da auto-intitulada Nova República.

Quando viemos para esta Casa, trouxemos todo o calor da nossa juventude, da fé que abraçamos na luta em prol do povo que nos elegeu. E não podemos permitir que o povo que confiou em nossas propostas seja massacrado por um governo insensível que pisoteia o trabalhador brasileiro; que pede para as donas de casa fiscalizarem as elevações absurdas dos supermercados, mas que na calada da noite assalta o bolso do consumidor elevando absurdamente a gasolina para Cz\$ 22,80 o litro.

Num simples passar de olhos pelos jornais de hoje, vemos que após o último aumento ocorrido há trinta e três dias atrás, elevou-se o preço em 24%. O gás de cozinha absurdamente elevou-se para Cz\$ 115,00.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o DIEESE divulgou que o índice de elevação do custo de vida atingiu 24,08%. A Fundação Getúlio Vargas acusa que a inflação já passou de 27% ao mês, e onde quer, perguntamos, ir esse Governo? Ou melhor, para onde quer nos levar este Governo, ao caos, à miséria? E, ainda, teimosamente o homem que está na Presidência insiste na malfadada Ferrovia Norte-Sul que para nós é inviável, ilegal e inoportuna.

Passei toda minha vida estudando e me preparando para hoje, como Deputado, de-

fender o povo do Paraná, e fico triste quando de repente constato que o povo está perdendo gradativamente o poder aquisitivo e nos últimos meses de forma violenta. Está crescendo assustadoramente a miséria a ponto de muitos hoje estarem morando mal em favelas da periferia, e muitos não têm mais nem dinheiro para pagar passagem de ônibus. Vimos nesses últimos dias a inflação subir de modo absurdo, e num só dia, 1. de junho, atingir o maior índice inflacionário da história desse País: 3,12%.

Pelos jornais, sabemos que a violência campeia solta nas Capitais brasileiras, e que o humorista Leon Eliachar foi assassinado covardemente; tiraram a vida rica e produtiva do humorista crítico, que em sua máquina deixou como última mensagem estas palavras: "Chegar à Presidência por acaso não é vergonha... vergonha é não querer sair de lá."

A revolta nos invade quando temos ciência, através da "Folha de São Paulo", que a "Lei Costa e Silva" está mais forte e cortante do que nos anos da ditadura militar, grassando nos meios de comunicação, por um governo que só quer notícias de elogios.

Sentimo-nos castrados em nossos direitos, porque as notícias nos chegam pela metade. Os políticos que detêm o poder nas mãos estão rançando e parece que estão apodrecendo. Os jovens abandonam as escolas, estas que são administradas por diretores filiados ao PMDB; as cabeças feitas pela ditadura militar. Lemos nos jornais dos últimos dias que a polícia ronda o Colégio Estadual do Paraná porque a "erva maldita", a maconha, invadiu o nosso colégio baluarte. E nos questionamos: por que esses jovens estão sem objetivos, sem ideais, sem trabalho, buscando refúgio nas drogas, na cocaína, na cola de sapato, até ficarem como cachorros no chão, rindo, abobados?

Drogam-se por não ter no presente ideais e porque não podem sonhar com o futuro, porque vendo a situação como está, acham que depois do ruim ainda virá o pior.

Sr. José Ribamar, que um dia por descuido da sorte e por arranjo do Dr. Afonso Arinos assumiu uma vacância, a miséria do povo não pagará a dívida externa. As lágrimas das mães de família não farão brotar flores no seu caminho. É hora de cortar as mordomias dos Ministros, do governo, os empregos da parentela.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estouram movimentos de revoltas, greves pipocam por todo o território nacional. O Sr. José Sarney gastou quase Cz\$... 200 bilhões para comprar o apoio de cinco governadores, ao seu projeto de permanência por cinco anos no Poder. Enquanto is-

so, o povo morre de fome; empresários suicidam-se; a inflação atinge recordes incomparáveis; esvaziam-se os cofres públicos e os pequenos e médios empresários entram em falência. José Sarney insistiu, investiu em cinco governadores Cz\$ 183,3 bilhões. É o quanto custou e será, perguntamos, o valor da dignidade desses homens? Mas, custou muito barato, porque do nosso ponto de vista, dignidade não se vende e não tem preço.

Isso é uma pequena amostra do custo da usurpação. O governo é uma apoteose de corrupção, que não se limita apenas aos saques dos cofres públicos pelos mercenários; a corrupção assume outras feições, como mostram os movimentos dos prefeitos exigindo a prorrogação de seus mandatos.

É o desmoronamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, das colunas morais que sustentam as instituições e as mantêm dentro da honorabilidade. Não há valor que resista a transformação da Presidência, ao leilão dos mercenários.

O jornalista Ricardo Noblat, do "Jornal do Brasil", critica e moteja o Presidente da República, convidando todo o povo brasileiro a aderir a um mutirão contra a corrupção, ao mesmo tempo em que, como uma galinha velha, aceita os ovos da corrupção debaixo das suas asas.

José Sarney já sabia há mais de três semanas que tinham fraudado os números da Balança Comercial do final do ano passado e do início deste ano mas o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira já havia orientado a Receita Federal para corrigir os números, e na semana passada a fraude escapou do círculo palaciano e chegou aos nossos ouvidos.

O povo brasileiro exige explicações e prestações de contas. É triste realidade a realidade brasileira; em todos os níveis há o descontentamento; o Brasil está sem rumo.

Companheiros, só temos duas opções, ou lutaremos e tomaremos o leme antes que as correntezas mais fortes tranquem o nosso barco de brasileiros acomodados, que só reivindicam e nada fazem, ou então, certos de que o homem que está na Presidência, o Sr. José Ribamar, não entrará para a história como presidente poeta, resta-nos apenas arregalar os olhos, afrouxar os colarinhos e desfrutar ao máximo os últimos momentos do hilariante espetáculo promovido pelo Governo, pelo último discípulo de Nero, num cenário pouco romano, mas muito babilônico.

Infelizmente, não temos mais oportunidade de conceder apartes, seria uma honra muito grande fazê-lo, porém, voltaremos em outra oportunidade, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos à Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A população que vem até esta Casa para acompanhar os trabalhos dos Senhores Deputados é traída mais uma vez na calada da noite em menos de um mês, com o segundo aumento da gasolina, do álcool e do gás de cozinha. Lamentavelmente, não se sabe se o próximo aumento será daqui a uma semana ou daqui a dez dias. Estamos numa situação difícil e não vemos nenhuma medida que possa atenuar este clima pesado, de insegurança, de intranquilidade em que vive o povo brasileiro e o que é pior, especialmente para nós ...

Há um protesto da Bancada do PDT, Senhor Presidente, pelo que faz esta Casa aqui, não permitindo que o povo venha a este Poder para manifestar-se. Não podemos admitir que esta Casa coloque seguranças para retirar o povo das galerias.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência garante a presença do público, o que muito nos agrada, desde que de acordo com o Regimento mantenha-se em silêncio, acompanhando os trabalhos desta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Pelo que este Deputado teve ocasião de presenciar, tratam-se de duas senhoras, donas de casa, revoltadas com a alta do custo de vida e com a grave situação nacional e portanto é perfeitamente compreensível a sua manifestação de desaprovação com o que elas interpretam como uma desatenção do Plenário aos oradores que se manifestam na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Apenas esta Presidência cumpre o que determina o Regimento não permitindo manifestações das galerias.

Deputado Algaci Túlio tem a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - É lamentável, Sr. Presidente, que num regime que se diz democrático, o povo não tenha mais voz nesta Casa. (Tumulto no Plenário)

Hoje, representantes do Sindicato dos Bancários estavam nesta Casa e desejavam também expor a sua situação e não se permitiu. O povo vem às galerias e não tem o direito de se manifestar. Onde é que este povo vai se manifestar? Se vai às ruas a polícia espanca ou está sujeito a ser preso; a mulher vem a esta Casa e não tem o direito de reivindicar.

É preciso que se dê oportunidade ao povo, pois este precisa e tem direito a se manifestar.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de dizer ao Deputado orador que a segurança foi até lá em cima para realmente dar segurança às duas senhoras que, na euforia do aplauso, poderiam até cair aqui embaixo e se machucar. É uma questão de segurança às senhoras que aqui vieram.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é norma desta Casa que quando um Parlamentar quer apartear o pronunciamento de outro, requeira ao Parlamentar que usa a tribuna e não levantar questão de ordem que nada tem a ver com o Regimento Interno, como a apresentada agora pelo nobre Parlamentar Nilton Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência responde ao Deputado Valderi Mendes Vilela. A questão de ordem proposta pelo Deputado Nilton Barbosa, se ilegal, o foi da mesma maneira que a questão de ordem proposta por Vossa Excelência. E a questão de ordem é regimental e absolutamente o Deputado a poderia solicitar.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é lamentável a atitude do Deputado Algaci Túlio, desrespeitando inclusive os seus colegas Deputados. Existe um Regimento Interno nesta Casa do qual o nobre Deputado Algaci Túlio deveria ter conhecimento. Esta Casa sempre recebeu o povo e nunca, em tempo algum, o povo foi impedido de adentrar neste recinto. Entretanto, para o bom andamento dos trabalhos, há necessidade de silêncio.

Por isso, Sr. Presidente, Vossa Excelência solicite ao Deputado Algaci Túlio que aqui neste Poder se manifeste dentro do Regimento Interno, caso contrário nós não teremos condições de realizar sessões públicas porque o Deputado Algaci Túlio está agindo como se estivesse fazendo o seu programa radiofônico. Ele que o faça na sua rádio e não aqui nesta Assembléia, porque esta Assembléia não é a sua cabine de rádio.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, antes de mais nada há que se esclare-

cer a situação. Um tanto equivocados, o Deputado Tadeu Lúcio Machado diz que este Parlamentar feriu os demais Parlamentares. Este Parlamentar apenas quis falar da indignação das pessoas que aqui se encontram presentes pela atual situação do País. E disse este Parlamentar que, num regime democrático, o povo tem direito a se expressar livremente. Se não pode se expressar na rua, vem se expressar aqui, porque aqui é a casa do povo.

(Aplausos das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência garante a presença dos assistentes nesta Casa, que muito nos honram, contudo não vai admitir manifestações.

O Deputado que está na tribuna está com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Senhor Presidente. Além do mais, as pessoas que aqui se fazem presentes se manifestaram em aplauso ao pronunciamento do companheiro Deputado Lindolfo Júnior, não agrediram ninguém, não fizeram barulho, apenas se manifestaram posicionando-se favoráveis ao pronunciamento do Deputado Lindolfo Júnior. Não vejo nenhuma transgressão, nada que tenha ferido este Parlamento por parte das pessoas que aqui vêm a esta Casa. É algo que diz respeito ao povo que vem a esta Casa; é um direito que ele tem. É preciso que o povo possa saber o que é que se faz nesta Casa: se se trabalha para o povo ou não se trabalha para o povo.

O Sr. Lindolfo Júnior - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).
Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer também à assistência, à galeria desta Casa, aos demais Deputados por entenderem a profundidade do nosso pronunciamento. E parabeno Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento. Nós estamos aqui para expressar aquilo que o Paraná quer ouvir. Fomos eleitos, Deputado Algaci Túlio, e Vossa Excelência é um homem de comunicação, um homem que está todos os dias, logo depois do seu programa, em contato com o povo, ali na porta, conversando, e muitas vezes não sabe nem como esclarecer os desmandos que são cometidos na "ilha da fantasia", na Capital deste País.

Está na hora dos Parlamentares, daqueles que servem de elo e que representam a vontade do povo junto ao Executivo, de falar a verdade, aquilo que o povo quer ouvir e aquilo que os homens que detêm o poder neste Brasil precisam ouvir - porque estamos aqui falando em nome desta gente

também. Gostaria de em nome da Comissão Executiva, dizer que fui...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa lamenta mas o tempo de Vossa Excelência está encerrado e concede um minuto para o encerramento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, o meu tempo foi interrompido por várias questões de ordem, gostaria que me fossem também dados alguns minutos para que eu possa terminar o meu pronunciamento, nem sequer pude iniciá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Presidência concede a Vossa Excelência o que normalmente concede a todos os parlamentares, um minuto.

O SR. ANTÔNIO BELINATTI (Pela Ordem) - É que o relógio estava correndo e foram consumidos mais de quatro minutos do tempo do orador.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência concede um minuto para o encerramento, lembrando inclusive, que o horário é improrrogável.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua compreensão. Mas eu gostaria de complementar as minhas palavras, já que havia subido a essa tribuna para me pronunciar com relação a outro assunto, ao assunto do PROMOPAR.

As pessoas envolvidas foram ouvidas ontem na Delegacia, e disseram que o dinheiro que constava a mais na folha dois de pagamento, não era para seus salários, não, que o dinheiro era destinado ao PMDB. É preciso que o PMDB venha a esta Casa e explique que caixinha é esta que existia na PROMOPAR em que o dinheiro era destinado ao PMDB. Não sou eu que estou dizendo isso. As pessoas envolvidas que foram ouvidas na Delegacia de Polícia disseram que o que recebiam a mais na folha de pagamento n. 2 era para a caixinha do PMDB.

Nós esperamos esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Apenas para dirimir qualquer dúvida, esta Presidência invoca o art. 119 do Regimento Interno.

"Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde o maior silêncio sem dar sinal de aplauso ou reprovação ao que se passar na Assembléia."

Dai as providências tomadas pela Mesa.

Com a palavra a Liderança do PT, Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, bem como ouvintes desta sessão de hoje.

Não com muita estranheza mas, com certeza, tempos novos virão, porque o tom das sessões começou a mudar. Sentimos a partir da semana passada, realmente, novas preocupações, novos comportamentos, novas afirmações e novas contestações nesta Casa.

O que será?

Com certeza está em andamento uma gravidez que culminará com um parto - esperamos que não seja aborto - quando certamente estaremos começando uma nova vida, uma vida tão esperada pela grande maioria.

Hoje eu quero fazer alguns comentários e chamar a atenção de um item que constou da Ordem do Dia de ontem e que passou despercebido e que hoje também consta da Ordem do Dia e que certamente passaria despercebido, mas com o qual é importante que todos nós nos preocupemos, assim como com tudo o que se aprova e o que se desaprova nesta Casa.

Quero me referir ao Projeto do Deputado Artagão Mattos Leão - Projeto de Lei n. 004/87, que institui o concurso de prognóstico sobre o resultado do sorteio de números junto à loteria estadual e dá outras providências.

Ouvi as justificativas apresentadas no Projeto pelo nobre Deputado Artagão Mattos Leão. Entre muitas justificativas, numa delas ele diz que se cria a loteria pelos motivos de que com essa arrecadação o Estado pode dar um maior atendimento social para a população; que se cria a loteria para ter novas fontes de recursos para o Governo do Estado. Com isto ele poderia resolver o problema da moradia, do desemprego, do saneamento, e o problema da fixação do homem ao campo.

Diz também o nobre colega Artagão Mattos Leão que este Projeto da institucionalização da loteria estadual visa concorrer com o jogo do bicho, um jogo ilegal e que convive em nosso meio. Assim, gostaria de perguntar aos colegas e gostaria que tal projeto não passasse despercebido: será que é justificável que ao invés de se punir as atitudes ilegais e imorais deste Estado e desta Nação, o Estado se coloca como concorrente e procura institucionalizar o ilegal e o imoral para em lugar de pagar injustamente para um jogo ilegal, se passe a pagar injustamente ou imoralmente para o Estado?

Será, colegas, Sr. Presidente, que se prefere abrir chance para a corrupção? Porque sabemos que a corrupção e o jogo são primos-irmãos e caminham juntos. Será que o Estado vai continuar reproduzindo mecanismos de falsas expectativas no meio

da população? É concebível que em momentos difíceis, como este de crise, a população seja levada enganosamente a encontrar o jogo como saída, como solução dos seus problemas?

A sorte é um jogo, como tantos existentes por aí. Por isto é de se perguntar: será que o nosso Estado não se sente super-responsabilizado por criar este clima de falsa expectativa no meio da população? Será que nós, do Parlamento paranaense, vamos assinar o atestado de incompetência do Governo do Estado em fiscalizar, em punir, aqueles que desrespeitam a Lei? A mesma Lei e os mesmos mecanismos que são utilizados para punir as greves, os sem-terras e as manifestações do povo que, sob a alegação de abuso e desrespeito à lei, recebem contra si a lei, a vontade das autoridades e, se necessário, a ação da polícia. Por quê? Porque o Estado prefere institucionalizar o jogo da loteria para concorrer com o jogo do bicho, ao invés de usar estes mesmos mecanismos para puni-lo. O atestado nós temos que assinar é de incompetência ou é de conivência?

Gostaria que isso ficasse bem claro, porque se não ficar suficientemente esclarecido, endosso as palavras do nobre colega Algaci Túlio que pergunta sobre o "caixa 2" do IAM e que precisa ser explicado aqui, assim como muitos outros absurdos que estão acontecendo e que tanto não são explicados e nem sequer se permite que estas questões venham a público.

Muito obrigado, nobres colegas. Espero que realmente adotemos uma posição de esclarecer e de entender melhor a postura do Governo do Estado em relação a este projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando a relação dos membros para comporem a CPI da Merenda Escolar. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Antônio Belinati, na qualidade de Líder do PDT, indicando o nome do Sr. Deputado Rafael Greca para substituir o Sr. Deputado Algaci Túlio na CPI para apurar irregularidades que levaram à deterioração de 160 toneladas de alimentos destinados à merenda escolar.- À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, devidamente apoiado, constante do expediente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa, projetos que necessitam de apoio.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, necessita de apoio.- Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal)

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a Vossa Excelência o Projeto, já com as assinaturas e o devido encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vossa Excelência está encaminhando o Projeto com as assinaturas, de acordo como manda o Regimento, a Mesa o receberá e considerará APROVADO.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) - De acordo com novo condicionamento eu retiro o meu pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Fica sem efeito, inclusive a verificação de votação.

A matéria está devidamente apoiada. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa para os procedimentos legais.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 18/87 (Mensagem n. 21/87 - ex-Proposição n. 31/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,

que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR e os Municípios de Foz do Iguaçu e Barracão, nas datas e com objetivos que especifica.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 19/87 (Mensagem n. 24/87 - ex-Proposição n. 34/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios n. 72/85 e 99/85, de 18/11/85 e 16/12/85, bem como do Termo Aditivo de 12/12/85, ao primeiro, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários, e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, objetivando o desenvolvimento de Projetos de criação de emprego e renda nos Municípios.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 20/87 (Mensagem n. 28/87 - ex-Proposição n. 35/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a sediar unidades policiais ou Ciretrans. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 21/87 (Mensagem n. 29/87 - ex-Proposição n. 36/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, e os Municípios que especifica, com vistas à construção de prédios destinados a sediar unidades da Polícia Civil e do DETRAN. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 22/87 (Mensagem n. 30/87 - ex-Proposição n. 37/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 10/11/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Abatiã, Araruna, Lunardelli e Rio Bom, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios das respectivas Delegacias de Polícia. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 23/87 (Mensagem n. 31/87 - ex-Proposição n. 38/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 16/10/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Ibioporã, objeti-

vando a prestação de serviços de Segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido Município.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 24/87 (Mensagem n. 34/87 - ex-Proposição n. 45/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 30/12/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios que especifica, com interveniência da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Infra-estrutura Urbana dos Municípios, Cota Parte Estadual do Imposto Sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos, conforme especifica.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 25/87 (Mensagem n. 35/87 - ex-Proposição n. 46/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios de Cascavel, Clevelândia, Paulo Frontin, Prudentópolis e Quatro Barras, nas datas e com objetivos que especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 26/87 (Mensagem n. 33/87 - ex-Proposição n. 44/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, conforme especifica.- Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 287/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS DE TÁXI DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA", com sede no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.-Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 270/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS", com sede e foro em São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 004/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que institui o concurso de prognósticos sobre o resultado do sorteio de números junto à Loteria Estadual e dá

outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N. 004/87

O Art. 2. - do Projeto de Lei n. 004/87, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2. - O resultado líquido do concurso de prognósticos, de que trata o artigo anterior, obtido depois de deduzidas, do valor global das apostas computadas, as despesas de custeio e de manutenção do serviço, o valor dos prêmios e as cotas dos encargos sociais, incidentes sobre a receita bruta de cada sorteio, destinar-se-ão às aplicações de programas e projetos de interesse social, esportivo e cultural".

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoiamento: Caíto Quintana, Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Nilton Barbosa, Cândido Bastos e Vera Agibert e Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Valderi Vilela (Pela Ordem) - Eu requeiro a Vossa Excelência que seja lida a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Eu solicito do Senhor 1. Secretário a leitura da Emenda do referido Projeto.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Faz a leitura da Emenda.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Para encaminhar a votação, com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Deputado Artagão Mattos Leão apresenta projeto de lei constituindo um concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números junto a Loteria Estadual e dá outras providências.

Esse projeto, aprovado em 1.ª Discussão, a Casa o aprecia agora em 2.ª Discussão. E a minha posição aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não é o posicionamento da Bancada, porque não a consultei. Devo confessar que há mérito no objetivo, principalmente no aspecto social, do ilustre Deputado Artagão Mattos Leão, porque em sua justificativa diz ele dos inúmeros benefícios que advirão ao Paraná com a instituição da Loto Estadual, e

parece-me ser esse, o objetivo porque não sei se é Loto, se é jogo do bicho, mas é um jogo qualquer que se procura instituir no Paraná, mais um, dos tantos que o Brasil tem.

Mas fala dos benefícios, da geração de inúmeros empregos, e diz ele que se criarão mais 800 empregos somente com sua implantação, além do aumento de arrecadação através de impostos estaduais, bem como seria a conquista dos apostadores do "jogo do bicho" para uma modalidade de jogo legal, porque o jogo do bicho, Senhor Presidente, com duas extrações diárias é, ilegal. Aliás alguns até acham que ele tem três extrações diárias.

A maior parte das pessoas que arriscam a sorte nesse tipo de prognóstico, são pessoas que muitas vezes deixam de comprar o pão, o arroz e o leite para os seus filhos.

E o Senhor Deputado discorre mais sobre outras vantagens inúmeras, com a adoção ou com a conversão do seu projeto em lei. E este Deputado que, embora participando da Comissão de Justiça deixou para manifestar-se aqui em Plenário, sabendo de antemão também que o Projeto é inconstitucional porque o artigo 1.º, do Decreto-Lei n. 204, de 27 de fevereiro de 1967, assim dispõe: "A exploração de Loteria, como derrogação excepcional das normas de direito penal, constitui serviço público exclusivo da União, não suscetível de concessão e só será permitida nos termos do presente Decreto-Lei.

Ainda o mesmo Diploma Legal diz, em seu Artigo 32: "Mantida a situação atual, (isto é, a de 1967 e que não foi alterada, que seja do meu conhecimento) na forma do disposto no presente Decreto-Lei, não mais será permitida a criação de Loterias Estaduais."

E ainda no mesmo Decreto, em seu Artigo 32:

"As Loterias Estaduais atualmente existentes não poderão aumentar as suas emissões, ficando limitadas as quantidades de bilhetes e séries em vigor, na data da publicação deste Decreto-Lei."

Portanto, Senhor Presidente, não só no que diz respeito ao aspecto constitucional que fere norma legal frontalmente, há também ainda no aspecto social, que é do meu modesto entendimento, ocorre o contrário do que argumenta o ilustre Parlamentar autor do Projeto de Lei.

Com a adoção de mais uma espécie de Loteria neste Estado, agravar-se-á em muito a situação social, porque há quem aposta em "jogo do bicho" duas vezes por dia (e eu me lembro, abro um parênteses, Senhor Presidente, até três vezes por dia), com a Loteria Estadual, semanalmente, com duas extrações de Loteria Federal, com Lo-

teca, e assim por diante. Quer dizer, Senhor Presidente é muita coisa para o Paraná, para o Brasil, sofrido, endividado, não pagando seus débitos, suas dívidas! E agora, temos aqui na Assembléia um projeto que é mais uma forma de esvaziar ainda mais o bolso do pobre! Portanto, o projeto é criticável também sob o aspecto social!

Quero aqui, ao declarar o meu voto contrário ao Projeto do Deputado Artagão Mattos Leão, dizer que se for de sua autoria um Projeto - oportunamente - que vise regularizar o "jogo do bicho" no nosso Estado, fazendo com que o Estado tenha realmente participação na circulação de milhões de cruzados, diariamente, que têm um destino diferente de que a intenção imbutida na pergunta "como é que vai se acabar com o "jogo do bicho" em Maringá, se milhares de pessoas, muitas delas aposentadas ou já em idade avançada, buscam nele a sua manutenção e a da sua família"?

Mas são muitos milhões de cruzados e que o Estado devia, deve, e precisa regularizar. Mas isto não é do interesse de muita gente, Senhor Presidente! E o pior é que essa espécie de jogo serve ainda mais para corromper principalmente a máquina da Polícia, que devia dar segurança à sociedade paranaense e brasileira, mas, infelizmente esse tipo de jogo de azar serve para corromper ainda mais o sistema de segurança do Estado e da Nação!

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para encaminhar a votação).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ouvimos atentamente o posicionamento do nobre Deputado Basílio Zanusso, e do nobre Deputado Pedro Tonelli, a respeito do Projeto de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão.

Desde o primeiro dia, Senhor Presidente e nobres Parlamentares, nós estamos acompanhando a tramitação desse Projeto junto a esta Casa de Leis. A primeira oportunidade que este Parlamento tem de se manifestar, para se manifestar a respeito do assunto, foi ontem, é hoje, e será amanhã.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Não somos defensores de todas as espécies de jogo que se implantaram por este País ao longo de muitos anos; não somos defensores também de que sejam deixadas impunes as contravenções que existem neste País. Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nesse País ainda tem muita coisa a ser feita para realmente arrecadar os fundos de que o nosso País e o nosso Estado precisam.

Considero esse Projeto de Lei necessário para se regulamentar algumas ativida-

des aqui na área de assistência social em nosso Paraná. Ele pode não ser uma coisa lá um tanto moral, nobre Deputado Artagão Mattos Leão, mas é perfeitamente legal, é perfeitamente útil, é perfeitamente necessário. Por quê? Porque se hoje existe loteria federal, existe a loto federal, existe o "jogo do bicho" implantado em todo o Brasil, porque não existir no Paraná mais uma espécie de jogo que vai realmente diminuir outras espécies de jogos que aqui se realizam e aqui se praticam? Hoje nós sabemos que com a loto estadual o dinheiro vai ficar no Paraná. É para isso Senhores Parlamentares que estamos aqui nesta Casa de Leis, é para defender os interesses do Paraná, e acima de tudo dos paranaenses é por isso Senhor Presidente...

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. VALDERI VILELA - Infelizmente o Regimento Interno não nos permite nobre Deputado Caíto Quintana. Mas é por isso que nós fizemos questão, ainda outro dia, de cobrarmos até do Deputado Artagão Mattos Leão o porquê do Projeto não tramitar nesta Casa, e ele cobrava do relator essa matéria. Então o nosso voto, não o da Bancada, que é livre, o nosso voto será favorável à aprovação desse Projeto, que sem sombra de dúvida vai trazer recursos para o Paraná e para o povo paranaense que tanto precisam.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em votação a matéria.

O Senhor Deputado Rafael Greca com a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, é matéria interessante e de alta indagação esta que nos propõe o nobre Deputado Artagão Mattos Leão. A matéria merece inclusive ser profundamente analisada e discutida também no âmbito da perspectiva histórica, porque o Deputado Basílio Zanusso igualmente cuidadoso, trouxe ao Plenário a observação de que a Legislação Federal, na forma de um Decreto Lei de 27 de fevereiro de 1967, que diz que constitui serviço público exclusivo da União, não suscetível de concessão, a exploração de loterias.

Pois é, o Paraná tem se servido do expediente das loterias, eu me lembro, desde o tempo em que lia na Casa de Memória de Curitiba os relatórios do Senhores Presidentes da Província, este o velho nome dos primeiros governadores do Estado, quando se faziam loterias aqui em Curitiba por ordem do Senhor Presidente do Estado, do Governador do Estado do tempo do Império,

por exemplo, para terminar de telhar a Igreja Catedral desta cidade, para preparar a Igreja da Ordem de maneira conveniente, para recepção do imperador D. Pedro II. Isto nos idos de 1880, quando a cidade estava sem igrejas e apenas restava de pé a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a Igreja dos Escravos, e não se podia receber o imperador na Igreja dos escravos, então depressa se fez uma loteria para terminar a Igreja da Ordem para que ali fossem recebidos o Imperador e a Imperatriz, isso nos idos de maio de 1880. Eu só não me recordo o nome do Presidente da Província que isso autorizou. Mas tudo vai convenientemente documentado num livro chamado "Breve Notícia sobre a Ordem 3.^a de São Francisco", que um Deputado Provincial chamado Antônio Ricardo Lustosa de Andrade, de nobre família curitibana, deixou impresso pela tipografia paranaense, e que é um dos raros exemplares da bibliografia paranaense do Império, e que eu tive a oportunidade de manusear, porque encontrei-o entre as paredes da igreja da Ordem, quando nós fizemos a sua restauração.

O nobre Deputado Artagão Mattos Leão, na argumentação que encaminha o Projeto de Lei, dá idéia de que poderá gerar empregos com os recursos desta loto estadual. Acredita ele que serão mais de 800 empregos. Igualmente a loto serviria para aumento da arrecadação através de impostos estaduais, eu imagino que nas agências arrecadadoras, para conquistar para uma modalidade de jogo legal de uma grande parcela de aficcionados que se serviriam do dito ilegal "jogo do bicho".

A propósito, vale aqui, um parêntese. O Jornal "Indústria e Comércio", na edição de 05 de junho passado, sob o título "O de Caneta Cheia, e os da Chave de Cadeia", faz a seguinte afirmativa:

"O Álvaro pode ter a caneta cheia, mas, nós temos a chave da cadeia".

É o que dizem os policiais que repentinamente ficaram sem aquela colaboração, que costumemente recebiam dos banqueiros do jogo do bicho. Um dos policiais confirmou um acerto entre o governo e os banqueiros, que consistiria na destinação de 15 % do movimento diário do jogo, 6% para o PROMOPAR, 9% para o PMDB.

Tais contribuições estariam sendo depositadas na Conta 41.200 da Agência 3 do BANESTADO, da rua Comendador Araújo, em nome de uma Associação de servidores comissionados do Estado do Paraná.

O próprio Senhor Governador, quando perguntado sobre o acerto firmado com os bicheiros, não se fez de rogado, e disse que, se pode viver uma farsa, referindo-se à realidade do jogo no País.

Aliás, estão correndo listas em várias

Secretarias de Estado, conclamando os funcionários que ocupam cargos em comissão, a doar um percentual bastante significativo dos seus salários, para o PMDB. É bom lembrar que todos os comissionados são demissíveis "ad nutum". Pois é, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, de repente os paranaenses, os curitibanos, lemos isto no jornal mais sério da cidade, ou num dos jornais mais conceituados da cidade, que tem por editor um jornalista de grande tradição, como é o caso do professor Harold Murad Gomes Haid.

Nós lemos tais coisas sobre as quais nós não merecemos, da sempre atenta Secretaria de Comunicação Social do Palácio Iguaçu, qualquer explicação.

Parece, então, que cai por terra o argumento do Deputado Artagão Mattos Leão, de que a implantação desta loteria estadual oficializaria e canalizaria recursos do "jogo do bicho" porque parece que já é oficial o "jogo do bicho" no Estado, porque o jornal Indústria e Comércio ainda não foi desmentido; porque o Palácio não falou aonde vão estes 6%, para qual verba da Fundação de Assistência Social do Estado do Paraná; porque nos escândalos do dia, (pois todo fim de tarde, na hora do escândalo, lá no Salão dos Governadores, no Palácio Iguaçu são anunciados os escândalos do dia), ainda não se anunciou este; não se deu leitura, nem publicidade.

Dizem aliás na Boca Maldita, que Nova Iorque tem a "Happy-Hours", quando as pessoas se reúnem nos bares, para tomarem um drinque, e que Curitiba já tem a "Hora do Escândalo", a "Hora do Escândalo" que vem do Palácio, e que é digna e solenemente anunciada, sobretudo em véspera de aumento de gasolina, de gás de cozinha, em véspera de cataclisma nacional.

Quando lá do Palácio se vê em Brasília o horizonte mais preto, quando o PMDB começa a perder a autoridade do discurso, depressa se anuncia um escândalo, recorre-se à "Hora do Escândalo", como a hora dos drinques em Nova Iorque.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De repente o Deputado Artagão Mattos Leão nos pede em nome da ação social do Paraná que votemos a favor do seu projeto, eu acho que o mais valioso na sua justificativa a idéia de uma Loteria Estadual, é a do dinheiro ficar aqui. Mas isso aumenta também a nossa responsabilidade de fazer com que esse dinheiro seja realmente destinado aos oprimidos pela pobreza.

Ainda ontem uma ou duas ou uma dúzia de "maranis" do PMDB (não são "marajás" não, o feminino é "marini") as "maranis" do PMDB ocupavam os noticiários dizendo que desviavam a carne das criancinhas do IAM para se locupletarem.

Dizia hoje uma das "maranis", no horá-

rio nobre do Canal 12, que desviava o seu salário para contribuição partidária. Ela é uma reencarnação de Josué, aquele da Bíblia, que fez o dia ter mais do que 24 horas, pois tinha uma infinidade de horas extras a moça.

Pois é, em vista desse Josué peemedebau, dessas "maranis" peemedebéias, desses ladrões de carnes de sopa das criancinhas, da canja dos asilos e dos albergues, em face também do senhor que nos obrigava a comprar pão da sua padaria - já que lá no Albergue São João Batista só se dava o pão dos pobres se Santo Antonio se dirigisse à padaria daquele referido Senhor que hoje ainda ocupa cargo de confiança do Governo - de repente em vista disso tudo Senhor Presidente, Senhores Deputados, todas essas verbas, todo esse fundo social, precisam ser profundamente questionados.

Eu votarei a favor do Deputado Artagão Mattos Leão, porque eu reconheço a primazia do Estado no direito de arrecadação, sobre a receita gerada aqui no Paraná, mesmo que pese sobre ela a condenação religiosa de que o jogo é ilícito.

No entanto, nós devemos discutir onde estas verbas são alocadas. Nós devemos discutir se não é hora de rasgar todo o céu de hipocrisia e realmente fazer o endosso sobre o "jogo do bicho" para que o Palácio não fique sem vergonha cada vez que pega uma contribuição, e para que o partido do Governo não fique sob suspeição de estar nadando em dinheiro da avestruz, do macaco, enfim do dinheiro da fêria do dia, e para que não fiquemos todos nós como os trouxas de ocasião, os sempre enganados.

O Presidente da Província que sancionou a primeira loteria do Estado, meu nobre Deputado Basílio Zanusso, no meu entender, nos dá autoridade para sancionarmos uma loto estadual. No entanto, no momento em que a mulher do Governador se faz de esmoleira oficial e ocupa cadeia estadual de televisão para pedir esmola para os desfavorecidos pelo frio, no momento em que o Secretário do Trabalho e de Ação Social se transforma num "delegado inquisidor", denunciando gente do seu próprio partido, num clima de terror comparável ao da Revolução Francesa neste momento, Senhor Presidente, toda a verba que tenha grafado sobre si o timbre do social, deve ser realmente canalizada para os oprimidos pela pobreza.

A propósito, quero informar a esta Casa, na qualidade de Provedor da Casa dos Pobres São João Batista, que desde que começou o Governo Álvaro Dias apesar de termos sido visitados pelo Deputado Rubens Bueno, o Albergue não percebeu um tostão dos cofres do Estado. Embora os pobres do Centro de Triagem e Assistência Social do

Estado estejam sendo encaminhados ao Albergue e lá tenham agasalho.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A matéria continua em votação. Em votação Projeto de Lei n. 04/87 ressalvada a Emenda. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu gostaria que constasse nos Anais desta Casa o meu voto contrário ao PROJETO DE LEI hora votado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Deferimos.

Em votação a EMENDA.

Os Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão.

Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 050/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Funcionários da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio do Paraná - SEIC, com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 27/87 (Mensagem n. 09/87 ex-Proposição n. 19/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Itaúna do Sul, Ibioporã, Morretes, Inácio Martins, Campo Largo e Rio Azul, nas datas e com os objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 28/87 (Mensagem n. 22/87 ex-Proposição n. 32/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, com as datas e objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 29/87 (Mensagem n. 41/87 ex-Proposição n. 48/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios e Termo Aditivo, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com objetivos, datas e Municípios que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hélio Valdir Boamorte, ocorrido no dia 08 de junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Miguel Bailak, ocorrido no Município de Apucarana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Anita Asako Tanaka, ocorrido no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Terto da Silva, ocorrido no dia 02 de junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 70.º ano de fundação da Associação Internacional de Lions Clubs, comemorado no dia 07 de junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando seja cancelado o Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 53/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 071/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 070/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 22/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando a Inclusão na Ordem do Dia nos Projetos de Lei ns. 162/84 e 53/87, bem como do Projeto de Resolução n. 130/84, todos em Regime de Urgência. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 41/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Gregório Basem, ocorrido no dia 08 de junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoioamento dos Senhores Deputados Vera Agibert, José Rogério Carvalho e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo para que, na nova Divisão e Organização Judiciária do Paraná, sejam incluídos como Distritos Judiciários, os Distritos Administrativos de Vila Diniz e Cruzmaltina, no Município de Faxinal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de moção de apoio a Senhora Presidente da PROVOPAR, pela brilhante iniciativa da campanha do agasalho de 1987. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a doação de uma ambulância para o setor de saúde do Município de Ivatuba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo a implantação do sistema de esgoto no Município de Cruzeiro do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encaminhando o Plano Cartográfico do Estado, que contém proposta para execução de completo recobrimento aerofotogramétrico. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Associação de Assistência aos Surdos e Mudos - ASSUMU, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando o recapeamento asfáltico da rodovia PR-549, que corta o Município de Ivatuba, no trecho compreendido entre as divisas dos Municípios de Dr. Camargo e Floresta.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, com apoio do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Engenheiro Florestal Luciano Pizzatto, pela conquista do Prêmio Nacional de Ecologia, com apresentação do trabalho "Manejo Ambiental". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Presidente do Conglomerado Banco Bamerindus do Brasil S/A., pelas medidas de favorecimento às microempresas em débito com o referido Banco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da SANEPAR e Prefeito Municipal de Douradina, encarecendo a implantação do sistema de abastecimento de água naquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre o andamento dos projetos de pavimentação dos trechos, ligando o Município de Douradina a Maria Helena, via Vila Formosa, bem como ligando o Município de Indianópolis ao Distrito de São Manoel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornalista Oswaldo R. do Nascimento, pela publicação de estudos para edição de um plano econômico, visando a estabilização e desenvolvimento da economia brasileira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, pela realização do Culto de Ação de Graças, em homenagem aos políticos eleitos no último pleito eleitoral. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 10.º ano de atividades da Refinaria Getúlio Vargas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio dos Senhores Tadeu Lúcio Machado e Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 39.º aniversário de emancipa-

ção política do Município de Ribeirão do Pinhal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos integrantes da Cooperativa Agrária Entre Rios, pela escolha de seus dirigentes para esta gestão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos aos Senhores Roberto e Ronaldo Bianchi, pela reedição da autobiografia de Visconde de Mauá, que tem como título "Barão de Mauá Empresário e Político". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos participantes do VI Encontro Paranaense de Supermercados, que está sendo realizado nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta por 7 membros, para acompanhar a sindicância sobre as irregularidades constatadas no PROMOPAR e no IAM. **Em discussão.**

O SR. VALDERI MENDES VILELA. (Pela Ordem)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros das Minas e Energia, da Fazenda e do Planejamento, bem como Senhores Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, encarecendo explicações para os recentes aumentos nos preços dos produtos derivados do petróleo. **Rejeitado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico comunitário que possibilite a ligação e recebimento de chamadas na Escola Celestina Fuggiato, no Município de São José dos Pinhais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, encarecendo para que desobrigue os consumidores do Estado, de todas as categorias, de pagamento da taxa mínima de consumo de água

e uso da rede de esgoto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, José Rogério Carvalho, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, das conclusões da Mesa Redonda sobre a "Suinocultura em Debate", evento promovido por iniciativa do Bloco Parlamentar Agropecuário. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidentes do Banco Central e Caixa Econômica Federal, bem como ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano, Referendando o resumo das propostas do Encontro das COHAB's da Região Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Justiça, pela forma eficiente que estão adotando na política penitenciária do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Governador do Estado e Diretor do Instituto de Identificação do Estado, pelo desenvolvimento do arrojado "Projeto Cidadania. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo urgência na tramitação do processo que autoriza a instalação da representação no INPS no Município de Renascença. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no Jornal Gazeta do Povo, em que o Jornalista Antônio Carlos de Lacerda fala sobre a possibilidade de eleições de 1988, nas quais o PMDB poderá ser a vítima. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, solicito verificação de votação. Chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O Senhor 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Responderam a chamada 36 Senhores Deputados. Há quórum para prosseguimento da sessão.

Em votação requerimento do Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Eu gostaria que Vossa Excelência desse o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e irá proceder a leitura do requerimento.

(Lê requerimento) ...

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Trinta e cinco Deputados aprovam, nenhum rejeita. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Luciano Pizzato, ganhador do prêmio Nacional de Ecologia de 1987. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja restabelecido o número de 13 membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurará possíveis irregularidades no Porto de Paranaguá, Entrepasto Paraguai, no contrabando de soja, café e outros produtos agrícolas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Mesa gostaria de solicitar aos Senhores Líderes das bancadas que façam a indicação dos Senhores membros da CPI.

Esta Presidência registra a presença do Senhor Assis Gabriel Bandeira, ex-vice-Prefeito do Município de Marmeleiro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 287/85, 270/86, 04/87, 50/87; e dos Projetos de Resolução de ns. 27/87 a 29/87.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 67/87.

Marca ainda uma sessão ordinária, para quinta-feira, dia 11 às 10:00 horas, com a

seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 49/87.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 64/84, 68/84, 70/84, 180/85, 229/85.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei ns. 64/86, 159/86, 180/86, 043/87, 049/87, 051/87; e dos Projetos de Resolução de ns. 10/87 a 17/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 09 DE JUNHO DE 1987.

"CASO HAJA ELEIÇÃO EM 88,
O PMDB PODE SER A VÍTIMA"
(Voltar atrás? Nunca mais?)

Muita coisa pode acontecer, nos próximos meses, mas, com toda a certeza, teremos eleição, no ano vindouro, a nível municipal. Talvez haja eleição presidencial. É uma possibilidade crescente, na medida em que o Governo diminui seus índices de popularidade e credibilidade. Havendo eleição, o PMDB será o grande perdedor em 88, depois de ter sido o grande vencedor de 86, 82 e 78. A causa principal da queda peemedebista, é o divisionismo reinante dentro do partido. Divisionismo irresistível, provocado por interessados, de dentro e de fora do partido.

O que leva um partido em pleno exercício do poder, nos Estados e, aparentemente, no governo federal, a tamanho desgaste? A resposta é bastante simples: falta de recursos. Os Estados estão quebrados e o governo da União não tem condições de socorrê-los. Governadores e prefeitos viajam, semanalmente para Brasília, de chapéu na mão, em busca de dinheiro e dinheiro não há. O resultado disto tudo é insatisfação e a insatisfação gera greves, desordem social, indisciplina, corrupção e vai por aí. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro está agora, depois de se beneficiar no passado, contabilizando a reação popular, cuja tendência é se manifestar nas urnas. Não há como alterar o quadro político-eleitoral, mesmo depois da promulgação da nova Constituição.

Para agravar ainda mais, a situação, o PMDB, não aprendeu a ser governo e já não tem o direito de iludir o eleitor com seu discurso de campanha, com as promessas de reforma administrativa moral e política. No governo, o PMDB não difere da Arena ou do PDS, reutilizando os velhos métodos e não criando nada de novo. Os fatos estão aí, comprovando publicamente a semelhança. A eleição de 88 é uma preliminar da Sucessão de 90. Quem formar base, tem meio caminho andado até o Iguazu. As bases eleitorais, no Paraná, se assentam em Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, municípios onde se concentram a maioria do eleitorado estadual. Partido ou coligação partidária que vença, nestes municípios, ganha o governo e também se beneficia dos reflexos de tais vitórias. As primeiras pesquisas eleitorais, visando a eleição de 88, apontam como prováveis ganhadores em Londrina, Cascavel e Maringá, os Deputados Antonio Belinati, Jaci Scana-gata e Lindolfo Luiz. O primeiro do PDT, e os outros dois do PFL. Já Ponta Grossa apresenta duas alas do PMDB, batalhando pela prefeitura. Uma delas, fatalmente, terá de deixar o partido para concorrer, já que não existem mais as sub-legendas.

Curitiba é um caso especial. Aqui o PMDB, pura e simplesmente, se desintegrou. Perdeu a maioria na Câmara Municipal, perdeu quase todos os vereadores de sua bancada, perdeu o crédito político e, administrativamente, está encaalhado, forçando o motor e girando os pneus na lama. O descrédito tem causado greves municipais e a administração reflete a má vontade do funcionalismo. O problema é falta de recursos. Mesmo com a majoração dos impostos no final do ano, receita & despesas não se equilibram, não permitindo nenhuma programação mais audaciosa no setor de obras.

Para a disputa do ano vindouro o PMDB tem poucos nomes disponíveis. Há quem queira crer que a melhor opção é o ex-Prefeito Maurício Fruet. Outros admitem o nome do atual vice-Prefeito Adhail Sprenger Passos, que não chega a ser nenhuma novidade política. Também são cotados o Deputado Federal Max Rosenmanan, o Deputado Estadual Nestor Baptista e o Deputado Federal Ervin Bonkoski. No grupo, Maurício é o favorito, mas por ser também o político mais experiente, pensando no futuro, ele há de concluir que voltar atrás é atraso de vida, além de risco muito grande.

Por outro lado, nas oposições surgem nomes como do Vereador Horácio Rodrigues (PL), dos Deputados Airton Cordeiro e Rafael Greca (PDT), do ex-Deputado Amadeu Geara (PDT), do Deputado Erondy Silvério (PTB), do ex-Deputado Donato Gulin (PFL) e do próprio ex-prefeito Jaime Lerner. Qualquer candidato identificado com a linha de

oposição, que consiga reunir, PDT, PFL e PL e que tais partidos aceitem a idéia de compor uma frente, tem todas as chances de vitória.

É claro que está se analisando um quadro onde as cores ainda estão indefinidas. Teoricamente o PMDB, que ganhou as eleições de 85, não é o mesmo dos dias atuais. A força eleitoral, capaz de impor um candidato praticamente estreante e desconhecido em eleições majoritárias, já não existe. As zonais do partido e a famosa "145", onde o PMDB deitava e rolava, perderam o poder de jogo, nas barganhas por funções públicas. Os ativistas viraram profissionais e, nesta acomodação, o "Exército Brancaleone" do PMDB perdeu seus soldados, sua tropa de choque, sua infantaria e seu espírito de guerrilha. Todo mundo se auto-promoveu e hoje é um Exército cansado só de oficiais administrativos e legislativos.

A imagem do PMDB, dos dias atuais, é parecida com a de boxeur Cassius Clay, que esteve recentemente em Curitiba. Gordão, meio zumbi e com as mãos agitadas pelo mal de Parkinson.

Pensem nele enfrentando o Mike Tison por uma bolsa fabulosa. Mesmo todos os dólares do mundo não justificam desproporção. Seria um assassinato. Eleição em 88, para o PMDB, pode ser a mesma coisa.(ACL).

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 09 DE JUNHO DE 1987.

**"BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO"
"SUINOCULTURA EM DEBATE"**

As principais lideranças ligadas ao setor suinícola paranaense, reunidas na

Assembléia Legislativa, nesta data, por iniciativa do BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO e da COMISSÃO DE SUÍNOS E AVES DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ- e coordenadas pelo Deputado Estadual ORLANDO PESSUTI, após várias explanações e calorosos debates, produziram as conclusões abaixo enumeradas, as quais serão encaminhadas às autoridades competentes.

1. Que seja estabelecido pelo Conselho Interministerial de Preços- CIP, um adequado controle de preços das rações e concentrados, visando corrigir o grande desequilíbrio e coibir os abusos verificados em diferentes regiões do Estado;

2. Que o Governo faça, quando necessário, estoques reguladores, através da AGF e EGF;

3. Que os produtores em geral, tenham acesso à aquisição do milho (estoque do Governo), nas mesmas condições de preços do mercado internacional (cota-exportação);

4. Que o Governo do Estado estenda o benefício fiscal do ICM do milho aos demais insumos, utilizados na fabricação de rações;

5. Que o produtor possa pagar, com produto "in natura",- no vencimento, ou antecipadamente, se o desejar- os financiamentos que contratar para aquisição de insumos, equipamentos, implementos e construções de instalações.

6. Que o crédito presumido do ICM, do Suíno, seja elevado de 35% para 50%.

7. que se mantenha nas atuais condições a dilatação do prazo, no pagamento do ICM;

8. Que se busque, nas próximas reuniões do Setor, a participação de todos os segmentos ligados à Suinocultura, envolvendo desde a produção, a industrialização até a comercialização.